
CONFLITOS NO CAMPO PROTESTANTE: O MOVIMENTO CARISMÁTICO E O SURGIMENTO DA IGREJA PRESBITERIANA RENOVADA (1965-1975)

Sérgio Gini*

RESUMO: a proposta deste artigo é apresentar o conflito no campo protestante/presbiteriano brasileiro que deu origem à Igreja Presbiteriana Independente Renovada em 1972. Discutimos como o tema da renovação espiritual, comum a diversas comunidades religiosas no final dos anos 1960, serviu de agente para a reconfiguração do campo protestante, por meio de intensas disputas ideológicas, lutas por se fazer ouvir e por demarcar posição. Analisamos a produção historiográfica sobre esse episódio e retomamos as fontes produzidas pelos grupos que se posicionaram em conflito para identificar e analisar as tensões existentes entre os vários agentes sociais. Como resultado, trazemos à luz sob a teoria dos campos, a constituição de novos bens simbólicos para compreender o surgimento de outra denominação religiosa.

PALAVRAS-CHAVE: protestantismo, teoria dos campos, presbiterianismo, conflito religioso, pentecostalismo.

THE CONFLICTS IN THE BRAZILIAN PROTESTANT FIELD: THE CARISMATIC MOVEMENT AND THE BEGINNING OF RENEWAL INDEPENDENT PRESBYTERIAN CHURCH (1965-1975)

ABSTRACT: this article main purpose is to present the conflict in the brazilian protestant/presbyterian's field that originated the Renewal Independent Presbyterian Church in 1972. We will discuss how the spiritual renovation theme, which was common to a lot of different religious communities in the end of 1960, has served as an agent for the protestant field's reconfiguration through a lot of intense ideological disputes, these fights are to delimit a position. We will analyze the historiographical production over this episode and we will resume the sources that have been produced by the groups whose have positioned in conflict to identify and analyze the existents tensions between the various social agents. As a result, we will bring the light over the field theory, the constitution of new symbolical goods to understand the beginning of another religious denomination.

KEY-WORDS: protestantism, field theory, presbyterianism, religious conflict, pentecostalism.

Introdução

A história do presbiterianismo brasileiro é marcada por cismas. A primeira divisão ocorreu ainda no século XIX, na Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro, com a saída do presbítero Miguel Vieira Ferreira e um grupo de mais de duas dezenas de membros que fundaram a Igreja Evangélica Brasileira, em 11 de setembro de 1879¹. Depois houve pequenos cismas internos, frutos das divergências entre os missionários norte-americanos e o primeiro corpo de pastores nacionais. A divisão mais emblemática ocorreu em 1903, quando um grupo de sete pastores e 15 presbíteros deixou a Igreja Presbiteriana (atualmente conhecida como IPB) para dar origem à Igreja Presbiteriana

* O autor é graduado em Teologia e em Ciências Sociais; é Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá e Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. É professor assistente (TIDE) do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá. sergiogini@gmail.com

¹ Miguel Vieira Ferreira foi um dos líderes do movimento liberal e republicano no Brasil. Para maiores informações sugerimos consultar Almeida (2005).

Independente - IPI. Entre as questões divergentes estavam o projeto educacional mantido pelos norte-americanos que previa, por exemplo, aporte financeiro aos grandes colégios como o Mackenzie, em São Paulo, em detrimento da obra educacional feita pelas igrejas; a dependência financeira das missões estrangeiras para a obra de evangelização e conversão de fiéis e, por fim, o problema maçônico² que foi a gota d'água para a divisão.

Depois disso, ambas as denominações presbiterianas se desenvolveram em todo o Brasil. Em 1957, a IPB contava 89.741 membros comungantes e 71.650 membros não-comungantes. Na mesma época a IPI tinha 30 mil membros comungantes (MATOS, 2010). Contudo, também foram sacudidas ao longo de suas histórias com divisões doutrinárias e políticas que configuraram um novo campo religioso no presbiterianismo nacional. No âmbito da IPB, a oposição entre liberalismo teológico e fundamentalismo deu origem à Igreja Presbiteriana Fundamentalista em 1956. Em 1978, um grupo de pastores e presbíteros descontente com os rumos administrativos e eclesiais da IPB decidiu criar a Federação Nacional das Igrejas Presbiterianas – Fenip, que em 1983 se transformou na Igreja Presbiteriana Unida, reconhecida por sua abertura teológica e ecumênica. No final da década de 1960, a IPB também sofreu influências do movimento de renovação espiritual, ou carismático, que ocasionou divisões em igrejas e concílios, dando origem a igrejas autônomas e a uma pequena denominação chamada de Igreja Cristã Presbiteriana, com sede em Cianorte, no Paraná. Por seu turno, a IPI também sofreu sistematicamente crises internas que resultaram em separações, mágoas e ressentimentos. Lacerda (2002) faz um levantamento sobre possíveis influências dessas pequenas rugas denominacionais até o surgimento da chamada Questão Doutrinária (1938-1942). Entre elas, estaria a disputa entre os jornais *O Estandarte* e *A Semana Evangélica* (1927-1929)³ e o surgimento de uma nova liderança que influenciaria no trabalho leigo, na reforma do Livro de Ordem (a constituição da Igreja) e na formação do corpo docente do seminário de São Paulo. São evidentes nesse período duas correntes doutrinárias na IPI: uma conservadora e outra renovadora, ou liberal. Durante a Questão Doutrinária⁴, a ala conservadora, liderada por Bento Ferraz, um dos fundadores do *O Estandarte* e um dos sete pastores que se desligaram do Sínodo Presbiteriano em 1903, deixa a IPI e funda a Igreja Presbiteriana Conservadora. A ala liberal, sem ambiente na denominação, decide sair em 1942 para fundar a Igreja Cristã de São Paulo. No grupo estava Otoniel Mota, também um dos sete pastores fundadores da IPI em 1903.

Trinta anos depois, em 1972, a IPI sofreu novamente uma grande divisão, ocasionado pelo movimento de renovação espiritual ou, como denominado na época, pentecostalismo, que redundou na saída de diversos pastores, líderes nacionais e igrejas inteiras em diversos estados do país, dando origem à Igreja Presbiteriana Independente

² Os líderes que se retiraram da Igreja Presbiteriana eram contra a participação dos membros da igreja e dos seus pastores nas lojas maçônicas por entenderem que a Maçonaria não prestava culto ao Deus verdadeiro, entre outras coisas.

³ A disputa teve início quando o Sínodo da IPI pediu aos proprietários do jornal *O Estandarte*, entre eles o Rev. Bento Ferraz, para que o mesmo passasse a ser o órgão oficial da denominação e, conseqüentemente, estivesse sob o controle desta. Com a negativa de Ferraz, o Sínodo decidiu criar um novo jornal. O problema só foi resolvido dois anos depois, em 1929, quando *O Estandarte* foi definitivamente doado para a IPI.

⁴ A Questão Doutrinária se originou do episódio da licenciatura de um candidato saído do Seminário da IPI. Ao ser entrevistado pelo Presbitério declarou não ter opinião formada sobre a doutrina das penas eternas e do destino final das almas dos ímpios, sugerindo ter simpatia pela teoria do aniquilamento. O episódio gerou uma disputa teológica entre conservadores e liberais no seio da IPI (LACERDA, 2002).

Renovada - IPIR. Esse cisma foi marcado por intensas disputas ideológicas, lutas por se fazer ouvir ou por demarcar posição, intolerância e ressentimentos. O discurso oficial produzido pela IPI foi de que houve desobediência a decisões conciliares por conta dos excessos do pentecostalismo, doutrina estranha para aquela denominação de raiz histórica reformada. O da novel igreja foi o de que seguia as orientações do Espírito Santo.

Neste artigo, analisamos parte da historiografia produzida sobre esse período da vida da IPI bem como as fontes primárias dos órgãos de comunicação, *O Estandarte*, jornal oficial da IPI e o jornal *Aleluia*, fundado pela ala que defendia o movimento de renovação espiritual, para entender o conflito que se originou no campo protestante presbiteriano e como as disputas se deram no interior desse campo religioso. Este trabalho insere-se nas áreas das Ciências Sociais e da Religião, por examinar um fenômeno limítrofe à História Social e Cultural, à Sociologia, à Ciência Política e à Ciência da Religião.

Como já explicitamos, procuramos trabalhar com o conceito de campos, de Pierre Bourdieu, como fundamentação teórica. Percebemos que o aporte teórico de Bourdieu sobre a teoria dos campos oferece subsídios para identificar e analisar as tensões existentes entre os vários agentes sociais que fizeram parte do campo social presbiteriano independente no final da década de 1960, como relações de poder. Bourdieu entende que todo o campo “é um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (2004, p. 22). Para ele, qualquer que seja o campo, ele é objeto de luta tanto em sua representação quanto em sua realidade. “Os agentes sociais estão inseridos na estrutura e em posições que dependem do seu capital e desenvolvem estratégias que dependem, elas próprias, em grande parte, dessas posições, nos limites de suas disposições” (BOURDIEU, 2004, p. 29). Nesta perspectiva, o conceito de campo nos ajuda a entender que foram construídas estrategicamente relações de poder pelos diversos agentes sociais na construção de um espaço social marcado por novas idéias políticas, religiosas e, principalmente, com relação ao futuro da Igreja, tendo por pano de fundo a questão da renovação espiritual.

Este espaço social se configura com o um campo de poder capaz de modificar, solidificar e redefinir o que é interessante para a construção da hegemonia da elite dirigente da denominação, mesmo que seja afastando aqueles que se contrapõem a esta hegemonia. Pierre Bourdieu considera o espaço social com um espaço multidimensional, formado por um conjunto aberto de campos relativamente autônomos, ou seja, subordinados quanto ao seu funcionamento e as suas transformações. O conflito é evidente em todo tipo de campo e cada um procura legitimar suas posições, alianças e oposições, configurando, portanto, um espaço social marcado pela lógica dos interesses de cada grupo. O espaço social é formado por campos, microcosmos ou espaço de relações objetivas, que possui lógica própria e irredutível. O campo é tanto um “campo de forças”, uma estrutura que constrange os agentes nele envolvidos, quanto um “campo de lutas”, onde os agentes atuam conforme suas posições relativas no campo de forças, conservando ou transformando a sua estrutura (BOURDIEU, 1996, p. 50). A instituição religiosa é, portanto, uma organização humana composta por agentes produtores e consumidores de capital simbólico religioso, participantes de um campo religioso que abarca conflitos de poder. Nesta instituição há uma elite pensante, eleita de forma arbitrária, autoritária ou consensual, que, por sua vez, detém o poder sobre o capital simbólico religioso e é capaz de legitimar e de qualificar, bem como de deslegitimar ou desqualificar

determinados agentes produtores de capital simbólico, bem como o próprio capital simbólico por eles produzido, a fim de manter o controle do campo. Nesse caso,

Não é necessário varrer a história de trás para frente para buscar evidências dessa novela teológica permeada por intrigas, articulações melindrosas e, sobretudo, disputas de poder. O que foi o embate entreÁRIO e Atanásio e seus respectivos aliados em torno do termo *ousia* na confissão de fé da igreja cristã senão uma disputa de poder? E o que dizer das intervenções do imperador Constantino ou, alguns séculos mais adiante, do romance trágico entre Heloísa e Abelardo? E como enxergar a tensão entre as divergências entre Martim Lutero e a igreja de seu tempo, as quais resultaram na ex-comunhão do monge? (...) Disputas políticas por poder e por controle permeiam a história da igreja cristã (e assim, muito provavelmente, de outras instituições religiosas em suas peculiaridades) e da própria teologia (REBLIN, 2007, p. 22).

O campo religioso na perspectiva bourdieuiana contribui para a legitimação da ordem estabelecida no campo do poder político e isso se processa em virtude do fato de que:

A estrutura das relações entre o campo religioso e o campo do poder comanda, em que cada conjuntura, a configuração da estrutura das relações constitutivas do campo religioso que cumpre uma função externa de legitimação da ordem estabelecida na medida em que a manutenção da ordem simbólica contribui diretamente para a manutenção da ordem política, ao passo que a subversão da ordem simbólica só consegue afetar a ordem política quando se faz acompanhar por uma subversão política desta ordem (BOURDIEU, 1998, p. 69).

Desta forma, o que se verifica é que a Igreja contribui para a manutenção da sua ordem política mediante o reforço simbólico das divisões desta ordem. Na sua função de manutenção da ordem política, a instituição religiosa lança mão de vários instrumentos, quais sejam: a inculcação de esquemas de percepção, pensamento e ação os quais levam à naturalização da legitimação suprema que gera o consenso acerca da própria ordem do mundo e a afirmação e reafirmação solene do consenso mencionado por meio da celebração ou cerimônia religiosa via a eficácia simbólica dos símbolos religiosos, a qual reforça a crença coletiva em sua eficácia e a utilização da autoridade religiosa para combater, no terreno simbólico, as tentativas consideradas heréticas de subversão da ordem simbólica. É importante considerar, segundo Bourdieu, que a revolução ou subversão política não produz, necessariamente, uma revolução simbólica, apesar do contrário, no entanto, ser verdadeiro.

Desta forma, (...) a revolução simbólica supõe sempre uma revolução política, mas a revolução política não basta por si mesma para produzir a revolução simbólica que é necessária para dar-lhe uma linguagem adequada, condição de uma plena realização (BOURDIEU 1998, p. 77).

É neste ponto que Bourdieu coloca a necessidade que tem toda a situação de revolução/crise em encontrar seu profeta, pois o “profeta é aquele que pode contribuir

para realizar a coincidência da revolução consigo própria, operando a revolução simbólica que a revolução política requer” (BOURDIEU, 1998, p. 78).

A partir dessas proposições teóricas é que surgiram as nossas questões: a inserção do movimento de renovação espiritual na Igreja Presbiteriana Independente representaria a configuração de um novo campo religioso? A presença de uma doutrina pentecostal afetaria também o campo político, educacional/teológico e cultural da IPI? Existiu luta pelo poder na IPI no final da década de 1960 e início da década de 1970? Existiam relações de poder entre presbiterianos *tradicionais* e *renovados*? Se sim, como elas se configuraram no espaço social da Igreja? Buscaremos as respostas para essas questões nos fatos historiados a seguir.

Prolegômenos

Um episódio anterior à crise de 1972 e muito significativo na história da IPI está ligado também à questão do avivamento espiritual e de uma inovação doutrinária no campo protestante brasileiro: a cura divina. Entre os anos de 1951 a 1953, a denominação experimentou uma ênfase considerável de seus dirigentes nas campanhas de evangelização e avivamento espiritual, seja por intermédio do jornal *O Estandarte* ou até mesmo por decisões conciliares. Lima aponta que

As páginas de *O Estandarte*, nos anos de 1951 e 1952, estão recheadas de expressões como “avivamento”, “reavivamento”, “poder do Espírito Santo”, “santificação”, “últimos dias”, “campanhas de evangelização”. O grande anelo daqueles dias era por um grande avivamento espiritual (LIMA, 2002, p. 42).

Em todas as denominações protestantes brasileiras havia certo interesse por temas importados que fossem trazidos por missionários norte-americanos, alguns deles responsáveis pela implantação de organizações paraeclesiais no Brasil, como Carl W. Cooper, que fundou em Suzano, SP, o *Acampanamento de Avivamento Missionário Indenominacional e com Visão Mundial*. Desde a década de 1930, missionários norte-americanos vinham sistematicamente ao Brasil em campanhas avivalistas. George Ridout, por exemplo, em 1932 e em 1940 esteve pregando em várias igrejas presbiterianas independentes, com destaque para a igreja de Assis, SP, pastoreada por Azor Etz Rodrigues. Em 1951, esteve no Brasil o pregador irlandês James Edwin Orr, pastor batista reconhecido mundialmente por sua pregação avivalista. Orr realizou palestras na Faculdade de Teologia da IPI, em São Paulo, a convite do seu reitor, Walter Ermel, que se tornaria um entusiasta do tema avivamento espiritual, e fez várias campanhas evangelísticas em igrejas da denominação. Em 1952, Orr retornou ao Brasil a convite da Comissão do Centenário da IPB e por aqui ficou quase dez meses realizando campanhas. Após Orr vieram outros evangelistas itinerantes como William Dunlap, Donald Phillips, Carl Hahn, Dawson Trotman, Clay Taylor, John Savage, Robert Savage, Jack Vaughn, Harold Reimer e Frank Cummings. “O fato significativo é que as igrejas brasileiras abriram-se para os avivalistas estrangeiros. Viam neles homens vencedores, altos e fortes, que lembravam os generais das tropas aliadas” (LIMA, 2002, p. 45). O entendimento geral, inclusive dos líderes denominacionais, aí incluídos os da IPI e da IPB, era de que esses avivalistas eram “enviados de Deus para por um ponto final na mornidão espiritual de nossas igrejas, fracas e sem crescimento” (LIMA, 2002, p. 45). Os pastores nativos, Antonio Elias, da IPB, e Azor Etz Rodrigues, da IPI, se tornaram uma espécie de propagandistas destas idéias em suas denominações.

Lima faz uma observação importante de que esses movimentos avivalistas não tinham, ao que parece, uma identidade pentecostal, já que nas mensagens desses pregadores e na tônica do movimento (campanhas de oração e evangelização) não havia referências a exageros emocionais, línguas estranhas e profecias e também pela manutenção da ortodoxia teológica norte-americana. Entretanto, entendemos ser difícil precisar a linha tênue que divide esses avivamentos daquilo que é característico do movimento pentecostal. O próprio autor não consegue fazer essa separação quando apresenta a experiência pessoal do reitor da Faculdade de Teologia da IPI, Walter Ermel, transcrita de *O Estandarte* de 31 de julho de 1952:

Em linguagem dramática, ele disse: “na última reunião dirigida pelo Dr. Orr, em agosto de 1951, Deus me concedeu notável vitória sobre pecados que me importunavam e dos quais eu não conseguia livrar-me. No dia 21 de março de 1952 tive outra experiência... chorava sem saber por quê. No dia 17 de abril tive a experiência de rendição a Deus e outras experiências gloriosas da manifestação do poder de Deus vão sendo dia-a-dia acrescentadas” (LIMA, 2002, p. 46).

A externalização do pentecostalismo nesse movimento de avivamento espiritual na IPI se dará, de acordo com Lima, quando da aproximação do pastor da IPI do Cambuci, igreja que pertencia ao Presbitério de São Paulo, Silas Dias, com os missionários pentecostais Harold Williams e Raymond Boatright, da Igreja Evangélica do Brasil, localizada em São João da Boa Vista, SP, e que mais tarde se chamaria Igreja do Evangelho Quadrangular. A igreja fundada por Williams trazia como grande novidade para o movimento pentecostal da época o ministério de cura divina. Williams e Boatright realizaram a primeira campanha na IPI do Cambuci durante seis dias ininterruptos, na primeira semana de março de 1953. Segundo Lima (2002, p. 50) “o templo da Rua Barão de Jaguará tornou-se pequeno para abrigar a multidão que acorreu naqueles dias”. Tanta movimentação, inclusive com o fechamento do quarteirão para a passagem de veículos, chamou a atenção dos principais jornais de São Paulo, como *A Época*, *O Estado de São Paulo* e o *Diário de São Paulo*. Os cultos eram entremeados com orações, cânticos, sermões e curas divinas. Segundo transcrição do jornal *A Época* feita por Lima (2002, p. 50), Boatright “abraçava os doentes, dedicava-lhes uma palavra e, em seguida, orava pela cura. Tudo era traduzido de imediato, do inglês para o português, por Harold Williams.”

Além da igreja do Cambuci, receberam a comitiva de Boatright a 3ª IPI de São Paulo e a IPI de Assis. A liderança da denominação apoiava aquele tipo de movimento, pois “estava despreparada para enfrentar aquela nova situação” (LIMA, 2002, p. 50). O presbítero Ilídio Burgos Lopes, redator-chefe de *O Estandarte* e secretário executivo da Comissão de Educação Religiosa e Atividades Leigas da IPI – Ceral, era um entusiasta do movimento, incentivador das campanhas de oração e busca por plenitude do Espírito Santo. Também, a convite, mesmo com limitações físicas, pois tinha uma deficiência nas pernas devido a uma paralisia infantil, Lopes realizava campanhas itinerantes de avivamento por diversas regiões do Brasil. O presidente do Sínodo, órgão máximo da denominação naqueles anos, João Euclides Pereira também era um incentivador do movimento de avivamento. Somam-se a eles nomes como os dos pastores Walter Ermel, reitor da Faculdade de Teologia, e Azor Etz Rodrigues, ex-presidente do Sínodo e pastor de uma das maiores igrejas da denominação. Lideranças leigas como Cesarina Xavier Pinto, Odete Correia Coutinho e Eurico de Matos Coutinho, membros da

Federação de Senhoras e da Ceral, também estavam à frente do movimento de cura divina. Entretanto, Lima informa que

Com o passar dos meses, a ênfase na cura divina, na IPI do Cambuci, passou a desfigurar o presbiterianismo local. A comunidade tornara-se uma extensão da Igreja do Evangelho Quadrangular no Brasil. As orações coletivas, em meio aos “aleluia” e “glória” em voz alta, as revelações, os profetas e as profetizas, caracterizavam um momento de exagero, inaceitável para a doutrina e a prática presbiterianas (LIMA, 2002, p. 51).

Os cultos tinham um estilo diferente da tradicional liturgia reformada. O dia-dia da igreja, sempre cheia, passou a constar de profecias, dons de línguas, orações pelo batismo do Espírito e cura divina. O púlpito era sistematicamente ocupado por pastores de igrejas pentecostais como Avivamento Bíblico e Assembléia de Deus (LIMA, 2002, p. 52).

A intervenção conciliar chegou tardiamente, em forma de uma orientação do Presbitério de São Paulo aprovada pelo Sínodo do Cinquentenário, em agosto de 1953. Em dezembro daquele ano renunciavam à jurisdição da IPI suas três mais importantes expressões leigas: Cesarina Xavier Pinto, Eurico de Matos Coutinho e Odete Correia Coutinho que se filiaram à Igreja da Oração⁵. Em junho de 1954 o pastor Lauro de Queiroz, auxiliar do pastor Sátilas do Amaral Camargo na 1ª IPI de Curitiba, renunciou à jurisdição da IPI para filiar-se à Igreja do Evangelho Quadrangular. Em 1955 o Sínodo desautorizou toda aproximação do movimento de avivamento com tendências pentecostais e “fortaleceu os presbitérios para que tomassem medidas enérgicas para contê-las” (LIMA, 2002, p. 55). Em janeiro de 1955 o Presbitério de São Paulo dissolveu o conselho da IPI do Cambuci. Os 119 membros fiéis ao movimento pentecostal de cura divina renunciaram à jurisdição da IPI bem como o seu pastor, Silas Dias. Entre os dissidentes estava o presbítero Epaminondas Silveira Lima, conhecido membro da Junta de Missões da IPI.

A explosão pentecostal

O movimento de cura divina teve influências muito mais significativas no campo protestante brasileiro. Segundo Mendonça (2002, p. 52) “a Cruzada Nacional de Evangelização da Igreja do Evangelho Quadrangular foi o rastilho de pólvora da explosão pentecostal no Brasil”. Além da Igreja do Evangelho Quadrangular e das pequenas comunidades que surgiram como fruto da dissidência na IPI do Cambuci, duas denominações pentecostais, resultantes desses movimentos, produziram forte impacto no estilo do pentecostalismo brasileiro: a primeira é a Igreja Evangélica Pentecostal O Brasil para Cristo, fundada em 1956 pelo missionário Manoel de Mello. A outra é a Igreja Pentecostal Deus é Amor, fundada em 1962 pelo missionário David Martins Miranda. Essas igrejas, inclusive pelo estilo de seus fundadores, marcarão definitivamente o pentecostalismo nacional com a ênfase na cura de doenças e moléstias espirituais. De acordo com Mendonça, os fiéis que eram atraídos para essas igrejas eram “a massa desesperada em busca dos bens mínimos de sobrevivência como saúde e emprego”. Numa análise sociológica mais apurada,

⁵ Eurico e Odete Coutinho protagonizaram o surgimento de uma das mais bizarras seitas brasileiras: a Igreja Apostólica Santa Vó Rosa. Atualmente a igreja se chama apenas Igreja Apostólica (COUTINHO, 1985).

(...) o pentecostalismo e o movimento de cura divina exercem papel social importante, promovendo a catarse dos conflitos do cotidiano que desabam sobre a classe trabalhadora pobre e periférica dos grandes centros urbanos e das áreas camponesas de trabalhadores assalariados (MENDONÇA, 2002, p. 55).

Por seu turno, as igrejas históricas, ditas tradicionais, principalmente na década de 1960, foram acometidas de um tipo de elitismo que as separava das comunidades periféricas, negando inclusive a sua história missionária profundamente enraizada no mundo rural brasileiro da virada do século e que permaneceu até a década de 1950. Por conta disso, essas igrejas se fecharam para qualquer discussão de temas como o ecumenismo, a teologia da libertação, o evangelho para os pobres, o combate à ditadura militar, a luta pela democracia e participação popular, entre outros. Ao comentar sobre este momento na história da IPI, o Lima nos apresenta uma síntese bem interessante:

A década de 60 trouxe para a IPI algumas preocupações. Saída das comemorações do centenário do Presbiterianismo no Brasil (1959, em conjunto com a IPB), a IPI teve de enfrentar como todas as igrejas irmãs, uma década que, começando com incertezas políticas, trouxe quase em seus meados o golpe militar de 1964. Atingida de rijo, abriu-se na IPI um processo de “caça às bruxas”, ou no caso, tudo o que pudesse lembrar marxismo, mesmo que a semelhança estivesse só no sufixo. A cúpula da igreja alinhou-se às forças repressoras do sistema político vigente. Até o seminário foi fechado e os alunos presos. O discurso espiritualizante foi reforçado; o comunismo, o ecumenismo e o liberalismo teológico eram vistos como ameaças diabólicas ao país e à igreja, cabendo também a esta última o combate sem tréguas a essa “trindade do inferno” (LIMA, 1989, p. 11).

Foi nesse contexto que eclodiu o movimento de renovação espiritual na IPI do Brasil. Dessa vez, com características mais abrangentes, com um maior número de atores e com expressão nas chamadas regiões periféricas que estavam se sobressaindo naquele momento no país, em particular o Norte do Paraná e a região fronteira entre o Paraná e São Paulo. Esse movimento possuía algumas características que o diferenciavam daquele vivenciado pela IPI do Cambuci, embora a prática da cura divina também estivesse presente: um evangelismo mais pragmático e a interpretação literal dos textos bíblicos no que concerne aos usos e costumes como forma de diferenciar o novo crente do seu estado anterior no catolicismo. A essas duas características se somavam as manifestações extáticas da espiritualidade pentecostal: batismo do Espírito Santo e difusão dos dons carismáticos (CARVALHO, 2003).

Não é nosso interesse dialogar teologicamente sobre a ação do Espírito Santo na vida da igreja. Em termos históricos, porém, tanto a questão do batismo ou plenitude do Espírito Santo, também chamada de segunda bênção, quanto a dos carismas, ou dons, sempre estiveram em debate no presbiterianismo pátrio e o consenso nem sempre tem sido possível. Ainda no século XIX, quando da cisão que originou a Igreja Evangélica Brasileira, o motivo teria sido as experiências espirituais de Miguel Vieira Ferreira, que propagava ter recebido uma revelação de Deus. Profundamente perturbado com as intervenções místicas de Vieira e, principalmente pelo fato de ele ter dito que havia sido batizado com o Espírito Santo, Blackford, pastor da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro, faz uma consulta ao Sínodo da igreja-mãe norte-americana e recebe como resposta a afirmativa de que Deus não falava mais aos homens, a não ser pela sua

Palavra já revelada, isto é, a Bíblia (ALMEIDA, 2005, pp. 50, 55). Essa definição foi, por diversas vezes, utilizada pelos contrários a manifestações espirituais extáticas, como revelações ou profecias no presbiterianismo brasileiro, inclusive até os dias atuais.

No âmbito da IPI, para ficarmos com uma evidência um tanto distante dos acontecimentos da década de 1950, temos nos anos 30 uma acentuada preocupação com o tema do batismo do Espírito Santo, claro reflexo das campanhas avivalistas do Dr. Ridout, principalmente em Assis e em Botucatu, SP. Na reunião do Sínodo, na 1ª IPI de São Paulo, em janeiro de 1932, foi votado o moto para os dois anos seguintes que consistia na frase *Enchei-vos do Espírito*. Na edição de *O Estandarte*, de 26/02/1932, há um artigo de Benjamin L. A. César, pastor da IPB, onde ele discute a questão do batismo do Espírito Santo em vistas dos acontecimentos tidos com as palestras do Dr. Ridout. Sua escrita reflete a hegemonia do pensamento da IPB sobre o tema: “a mim me parece que o batismo do Espírito Santo representa a recepção do Espírito no ato da regeneração ou conversão” (CÉSAR, 1932, p. 3), em clara crítica àqueles que propugnavam o batismo do Espírito Santo como segunda bênção ou capacitação para fazer a obra evangelística. Ainda em 1932, Manoel F. N. Machado, pastor da IPI no Rio Grande do Norte, publica uma série de artigos em *O Estandarte* iniciando na edição de 11 de novembro e finalizando em 3 de março do ano seguinte, onde discute a questão do batismo do Espírito Santo e o seu sinal exterior que seriam as línguas estranhas como pregam os pentecostais históricos. Machado desenvolve um interessante raciocínio teológico e hermenêutico, desconstruindo, em princípio, sua própria teoria sobre o tema já que havia publicado um ano antes um folheto com o título *Invasão Pentecostista*, criticando as campanhas avivalistas na IPI, onde compartilhava o mesmo argumento de Benjamin César, baseado na epístola de Tito 3:5. Sua tese passa a ser revista ao fazer um exame exegético do texto, substituindo a tradução “salvos pelo batismo de regeneração” pela de “salvos pela lavagem de regeneração e renovação do Espírito Santo”, concluindo que o batismo do Espírito Santo não era o novo nascimento (MACHADO, 1932, p. 4). Ao final do artigo, após extensa explanação sobre a questão da contemporaneidade dos dons – eram apenas para a época apostólica ou para os dias atuais? -, Machado deixa o assunto ainda em suspenso, como que sem uma resposta, mas conclama ao estudo do mesmo e que a igreja mantivesse comunhão fraterna com aqueles que pensavam diferente, já que não havia dogmas doutrinários em confronto. Sua conclusão é emblemática:

Se o pentecostismo, porventura, é exagerado e fanático, isto não retira a verdade do batismo do Espírito Santo, por ele ensinada, nem este batismo é monopólio deles, mas sim um privilégio para toda a igreja de Deus (MACHADO, 1933, p. 5)

Eduardo Pereira de Magalhães, neto de Eduardo Carlos Pereira, o líder do grande cisma de 1903 que deu origem à IPI, publicou em *O Estandarte* entre as edições de 17 de fevereiro a 7 de abril de 1933 a sua tese de licenciatura junto ao Presbitério do Oeste, com o tema *Doutrina Bíblica sobre o Batismo com o Espírito Santo*. Nessa tese Magalhães, futuro líder da mocidade presbiteriana independente e um dos principais expoentes da chamada ala liberal na crise da Questão Doutrinária entre 1938 e 1942, deixa claro de que o batismo com o Espírito Santo seria sim uma espécie de segunda bênção e refuta o argumento de que o derramamento do Espírito e dos dons havia se cumprido no Pentecostes e não mais se repetiria. Defende também que os crentes deveriam orar, pedindo o batismo do Espírito Santo: “é só pedir, como manda a Escritura ou Cristo glorificado, para entrar na posse dessa bem-aventurança”

(MAGALHÃES, 1933, p. 3). Afirmava também que os dons espirituais eram consequência do batismo do Espírito Santo e deviam ser “buscados” com diligência. É interessante que, apesar da interpretação de Machado sobre a convivência fraterna entre os que pensavam a doutrina do Espírito Santo de modo diferente, o Sínodo do Cinquentenário da IPI, em 1953, no auge da crise da IPI do Cambuci, definiu pelo não reconhecimento oficial dos pentecostais (Assembléia de Deus, Congregação Cristã, Quadrangular), orientando que em caso de recebimento de pessoas oriundas dessas igrejas, as mesmas fossem rebatizadas e professassem novamente a fé (SÍNODO DO CINQUENTENÁRIO, 1953, p. 13).

Novos profetas

O movimento de renovação espiritual do final da década de 1960 na IPI guarda relações diretas com o avivamento espiritual de cura divina e o triste desfecho de 1955, ocasionando nova divisão, agora muito mais traumática. No entanto, há outros elementos culturais e sociológicos que ajudam a compor o cenário protestante no Brasil da época e que devem ser considerados, até porque o fenômeno que acontecerá na IPI estará se repetindo na IPB e em outras denominações históricas (Batista, Metodista e Congregacional) e, inclusive, na igreja Católica Romana⁶. Para compreender o estado da IPI nesse período, Lima (1989, p. 11) faz uma crítica ao que ele chama de pobreza missiológica da denominação: “o grande empreendimento nacional era a construção do chamado ‘Templo Nacional’ em Brasília” o que, com atrasos, projetos refeitos, e diversas campanhas financeiras depois, só foi inaugurado em 1972. E complementa:

O ano de 1965 era também o do centenário da 1ª IPI, a igreja-mãe, tendo tal efeméride a atenção de toda a denominação. Afora isso, o que se tinha na Igreja era um seminário em eterna transumância (teve 3 endereços na década de 70), um projeto insipiente de educação cristã, e apenas um missionário na região amazônica. A Igreja vivia do cultivo da memória do “31 de Julho”, data do nascimento da denominação em 1903 e, depois de 64, de brandir a espada contra a já referida “trindade do inferno”, bem como contra os pentecostais (LIMA, 1989, p. 12).

Por meio das leituras dos documentos produzidos na época, como *O Estandarte* e as atas dos concílios, bem como da documentação produzida pela IPIR a partir de 1972 e pela IPR desde 1975, principalmente pelo jornal *Aleluia*, é possível identificar três principais líderes do movimento de renovação espiritual na IPI. Dois já eram pastores veteranos, com mais de 10 anos de ordenação, Palmiro Francisco de Andrade e Abel Amaral Camargo. O outro era um recém ordenado, oriundo de uma igreja rural, Jobel Cândido Venceslau. Tanto Camargo quanto Venceslau vinham de famílias tradicionais no presbiterianismo, que remontam a origem da IPI do Brasil; já Palmiro de Andrade era oriundo de uma das mais antigas igrejas da IPI, a de São Francisco do Sul, SC. Os dois pastores mais experientes vivenciaram as agitações da década anterior e foram influenciados pela postura favorável ao avivamento espiritual do pastor Walter Ermel. Andrade e Camargo foram alunos de Ermel na Faculdade de

⁶ A Renovação Carismática Católica tem origem em 1967 a partir de um grupo de docentes leigos católicos, vinculados à Universidade Duquesne, em Pittsburgh (EUA), que estavam insatisfeitos com o estilo de vida, as experiências acadêmicas e, sobretudo, com a vivência religiosa.

Teologia em São Paulo, aquele concluindo o curso em 1951 e este em 1953. Venceslau estudou no Instituto Bíblico João Calvino⁷ em Araçongas, Pr, concluindo o curso teológico no final de 1965.

Depois de ordenado, Abel Amaral Camargo foi pastorear a igreja de Porto Feliz, SP, onde já havia trabalhado um ano como seminarista. Foi seu pastor efetivo de 1954 a 1956 e reeleito para um período de mais cinco anos. Não chegou ao final do mandato, porque o Presbitério Sul de São Paulo, em janeiro de 1960, diante de um apelo veemente, o convidou a renunciar o pastorado efetivo de uma igreja para assumir um campo com várias igrejas. E assim é que, além de Porto Feliz, cuidou de outras igrejas como: I e II de Torre de Pedra, Bofete, Turvinho e Turvo do Pilar do Sul, Registro, Tietê, Ibiúna e Votorantim. A sede do campo era Porto Feliz onde ficou até 1961. No final desse ano recebeu convite para trabalhar junto com Azor Etz Rodrigues na IPI de Assis que precisava de um pastor mais jovem tendo em vista a futura jubilação de Rodrigues. Assumiu a igreja de Assis e as suas sete congregações em janeiro de 1962.

Como já assinalamos, Assis havia experimentado duas fases de trabalhos de avivamento espiritual. A primeira em 1931, com o Dr. Ridout, e a segunda em 1952, com Donald Phillips. O seu pastor, Azor Etz Rodrigues, era conhecido no campo independente como *avivado*, fato que não o desmerecia, pois era muito estimado por seu companheirismo e fidelidade à Igreja, tendo já ocupado a presidência do Sínodo, na época o concílio maior da IPI. É inegável que Rodrigues tenha exercido influência direta sobre a postura do novo pastor de sua igreja, inclusive apresentando a este a alternativa do avivamento espiritual. Ao relatar sobre a sua experiência pessoal no pastorado da igreja de Assis ao jornal *Aleluia*, Camargo diz que “não conhecia, por experiência própria, a obra de renovação espiritual. Nem nela estava pensando. Estranhava e combatia os pentecostais, embora gostasse de trabalhos especiais onde predominassem a fé, a coragem e o dinamismo para ganhar almas” (CAMARGO, 1983, p. 9). No mesmo relato, o pastor revela ter participado nos anos de 1951 e 1953, enquanto era seminarista, de alguns trabalhos de “cura divina e avivamento” na IPI do Cambuci, e que inclusive havia acompanhado outros trabalhos com os avivalistas James E. Orr, Donald Phillips e William Dunlap. Camargo inclusive publicou as impressões dessas reuniões de avivamento em um artigo em *O Estandarte* de 15/06/1953 com o título *Sobre as Curas*. Eis o que concluíra:

As reuniões que eu tive oportunidade de assistir não passam de um pentecostalismo disfarçado, onde os sermões, as orações e os apelos são feitos à moda pentecostal – gritos e desafios a Deus. Os aleluias (*sic*), glória ao Senhor, cura Senhor, sai dele, espírito imundo, retira-te Satanaz (*sic*), foge deste corpo espírito maligno – numa confusão tremenda que causam (*sic*) má impressão aos circunstantes (CAMARGO, 1953, p. 4).

Ao final do artigo, clamava por uma “orientação segura e firme dos pastores” para evitar que os “crentes cedessem de boa fé”. O ano de 1967 é o qual Camargo aponta como o ano da mudança em sua vida e ministério. Entretanto, não encontramos entre os seus registros nenhuma alusão a experiências extáticas pessoais a não ser as

⁷ Em janeiro de 1962 foi criado o Instituto Bíblico João Calvino - IBJC, para suprir as demandas do Presbitério de Maringá, principalmente nas novas regiões de expansão como o norte do Paraná e o Mato Grosso do Sul. Os concluintes do curso já saíam do Instituto com o certificado de pastor, expedido pelo Presbitério de Maringá.

intensas reuniões de oração e a leitura de literatura de conteúdo avivalista. Em pouco tempo, a rotina da igreja de Assis foi modificada. “As reuniões de oração de quatro pessoas chegaram a mais de duzentas. Decisões se multiplicavam. Começaram a aparecer visões, revelações e até línguas estranhas” (CAMARGO, 1983, p. 9). Um fenômeno semelhante ao que ocorreu na IPI do Cambuci também esteve presente em Assis. Pastores de outras igrejas assumiam o púlpito com frequência realizando campanhas evangelísticas e de cura divina e para aquela igreja se dirigiam caravanas de outras cidades como “Presidente Prudente, Bauru, Marília, São Paulo, Iepê, Rancharia, Paraguaçu Paulista, Ibirarema, Tarumã, Cândido Mota, Londrina, Sertanópolis, Paranagi e Ourinhos. A notícia corria por toda a parte. Era Deus abençoando e o povo se alegrando” (CAMARGO, 1983, p. 9).

Palmiro Francisco de Andrade foi ordenado pastor em 27 de janeiro de 1952 pelo Presbitério de São Paulo, reunido em Curitiba. Foi designado para o campo de São Francisco do Sul, Joinville e Itaquí, SC. Em 1953 seu campo foi ampliado com as igrejas de Antonina e Mergulhão, Pr. Em setembro daquele ano realizou uma campanha de avivamento espiritual nas igrejas de Joinville e São Francisco do Sul, tendo como preletor o presbítero Ilídio Burgos Lopes, da 3ª. IPI de São Paulo, secretário executivo da Ceral, secretário da Mesa Administrativa da IPI e redator-chefe do *O Estandarte*. Em julho de 1954, com a criação do Presbitério do Sul (desmembrado do Presbitério de São Paulo), foi transferido com as suas igrejas (São Francisco do Sul e Joinville) para esse concílio, tendo como colega de presbitério Abel Amaral Camargo, na época pastor em Porto Feliz.

Em janeiro de 1958 foi eleito presidente do Presbitério do Sul, na época com 24 igrejas e 10 congregações. Em janeiro de 1959, com a divisão do Presbitério em dois, foi eleito presidente do Presbitério Paraná-Santa Catarina. Foi um dos entusiastas do *Plano Umuarama* lançado em 1959 pelo Sínodo Meridional (presbitérios Paraná-Santa Catarina, Sul de São Paulo, Sorocabana, Londrina e Maringá), com o objetivo de criar um Colégio (escola primária, ginásio e colégio) e Instituto Bíblico em Umuarama, cidade localizada no norte novo do Paraná. O projeto foi abortado quando a IPI, através do Supremo Concílio, solicitou apoio ao Instituto Educacional Evangélico de Arapongas, fundado em 1953 pelo pastor João de Godoy, e que recentemente havia sido credenciado pelo governo federal. No começo de 1960, Palmiro de Andrade se transferiu para o Presbitério de Londrina, assumindo a IPI daquela cidade como auxiliar de Jonas Dias Martins, um dos ícones da evangelização do norte do Paraná⁸.

Ainda naquele ano ingressou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina, onde se licenciou em História em 1963, ano em que também foi eleito presidente do Presbitério de Londrina e foi contratado como professor do Instituto Bíblico João Calvino, formando o corpo docente com os pastores Antonio de Godoy Sobrinho, João de Godoy e João Daniel Migliorini e com o professor Joel Ribeiro de Camargo. No Instituto foi professor de Jobel Cândido Venceslau, Nilton Tuller, José Zaponi, Matias Quintela de Souza e Saulo de Melo entre outros, nomes que estiveram no centro do movimento de renovação espiritual até o cisma de 1972. Depois de quatro anos em Londrina, Palmiro de Andrade retornou ao Presbitério Paraná-Santa Catarina, assumindo o campo de Joinville (1ª e 2ª igrejas). Na época, exercia também o magistério como segunda fonte de sustento para a família. Em 1965 foi eleito presidente do Presbitério Paraná-Santa Catarina e com a divisão do mesmo em dois presbitérios, ficou na liderança do Presbitério de Santa Catarina. Em janeiro de 1967, foi eleito

⁸ Há esclarecedora biografia sobre o Rev. Jonas, um negro e filho de escravos, publicada por Lima (2002).

presidente do Sínodo Meridional, compreendendo os presbitérios de Londrina, Maringá, Oeste do Paraná, Sul do Paraná e Santa Catarina.

Foi em 1968 que ocorreu a sua experiência extática e que redefiniu os rumos de seu ministério e atuação como pastor da IPI, como ele mesmo declarou posteriormente. Entre os dias 2 e 7 de julho foi realizado em Londrina, no Sítio Marília, o 1º Instituto Sinodal para Pastores e Presbíteros, coordenado por José Ferreira Filho, pastor da 1ª IPI de Curitiba. Entre os conferencistas estava Antonio Elias, avivalista e renomado pastor da IPB, que falou sobre *A Doutrina do Espírito Santo*. A circular encaminhada aos conciliares e publicada em *O Estandarte* de 30/06/1968, continha expressões como “fogo do céu cairá copiosamente sobre todos” e “cada pastor, assim como cada presbítero, voltará disposto a viver uma nova vida e a exercer um novo ministério cristão”, concluindo com “nosso Sínodo será tomado pelo fogo de Deus”. Em um recente depoimento colhido de Saulo de Melo, na época pastor auxiliar de Andrade no Presbitério de Santa Catarina, este revelou que logo que retornou da reunião do Sínodo, Palmiro de Andrade o chamou até sua residência para lhe contar o que havia acontecido.

Ele começou a falar e a chorar ao mesmo tempo. Fiquei impressionado, pois nunca havia visto aquele homem chorar. Ele era ‘seco’ como uma lenha. Disse-me que algo havia acontecido na sua vida e que não sabia explicar o que era. Contou-me que foi para Londrina pensando em abandonar o ministério para ficar apenas como professor e que agora estava decidido a abandonar o magistério para ser apenas pastor, em tempo integral (MELO, 2009).

Falando sobre este episódio, Jobel Cândido Venceslau destaca que Andrade havia sido batizado com o Espírito Santo e aquela reunião em Londrina “causou um grande impacto em direção à obra de renovação no meio presbiteriano independente. Muitos pastores entraram para o avivamento nesta época” (VENCESLAU, 1998, p. 17). No final do mês de julho daquele ano, Palmiro de Andrade foi um dos conferencistas do 9º Congresso Nacional da União da Mocidade Presbiteriana Independente, realizado em Brasília, tendo pregado um sermão sobre a ação do Espírito Santo na história da igreja. Em janeiro de 1969 foi reeleito presidente do Sínodo Meridional, tendo como 1º secretário o advogado Jamil Josepetti, presbítero da 1ª IPI de Maringá, e que seria um dos seus discípulos. Nesse ano, o Sínodo Meridional nomeou uma Comissão de Educação Teológica para ser o órgão coordenador e provedor do IBJC, ficando Palmiro de Andrade como seu presidente.

Jobel Cândido Venceslau estudou no Instituto Bíblico João Calvino de 1963 a 1965. Com a expansão das igrejas nas regiões norte, norte novo, noroeste e oeste do Paraná não havia pastores para suprir os novos campos que iam abrindo-se. Por isso o IBJC oferecia um curso de três anos, denominado de Médio em Teologia, oficializado pelo Presbitério de Maringá e depois pelo Sínodo Meridional, que disponibilizava

rapidamente pastores para os campos. Assim, em 1966, ainda como estudante Venceslau torna-se obreiro provisionado, assumindo a IPI de Campina da Lagoa, Pr. Morava em Campo Mourão, uma cidade maior, mas onde havia apenas uma congregação e dava assistência a um vasto campo, que incluía as cidades de São José de Pitanga, Nova Cantu, Ivaiporã, Goioerê e localidades adjacentes. Ao contrário de Camargo e Andrade, Venceslau já se denominava como pentecostal (VENCESLAU, 1998, p. 13).

Suas experiências remontam à época de quando teve contatos com quatro estudantes presbiterianos que iniciaram o curso teológico no IBJC. Esses estudantes eram da IPB, do Presbitério de Cianorte, cujo líder, Jonathan Ferreira dos Santos, era um entusiasta das práticas carismáticas desde 1963. Com esse grupo que se intitulava *Mensageiros da Paz*, contando com mais dois estudantes da IPI, Venceslau realizava uma série de turnês evangelísticas durante as férias nas pequenas cidades e sítios do noroeste do Paraná. Na edição de *O Estandarte* de 15/06/1965 ele publica um ousado resumo das ações do grupo: “Onde a caravana estava Deus derramava suas bênçãos abundantes. Houve muitas consagrações. Crentes prometiam deixar seus vícios, crentes prometiam pagar o dízimo, igrejas foram avivadas e almas foram salvas, louvado seja Deus” (VENCESLAU, 1965, p. 13). Sua ordenação ocorreu no dia 7 de maio de 1967, pelo Presbitério do Oeste do Paraná, na IPI de Umuarama. “Foi uma grande bênção, porque os pastores que me ordenaram, na época, não eram de renovação, aliás, eram todos contra a renovação, bem como os presbíteros. Para mim foi uma grande vitória, pois todos sabiam do meu trabalho” (VENCESLAU, 1998, p. 13).

Seu campo continuou sendo a IPI de Campina da Lagoa e as congregações, onde mantinha um programa radiofônico chamado *Brado da Fé*. Em 1967, Venceslau recebeu, por profissão de fé, 72 pessoas, um número bem razoável para uma igreja rural. Segundo ele, “as igrejas começaram a se despertar. Orações, jejuns, vigílias, campanhas, encontros, livros sobre avivamento, tudo concorreu para o despertar naquela região”. Logo no ano seguinte as congregações de Campo Mourão e Canaã foram organizadas em igrejas.

Discursos em conflito: o debate em *O Estandarte* e as decisões oficiais

Entendemos ser importante observar que desde o início da década de 1960 vários pastores da IPI escreviam artigos em *O Estandarte* conclamando a igreja a uma

renovação espiritual. Por isso, antes da reunião do Supremo Concílio de 1972 quando houve a decisão formal contra a renovação, fica muito difícil precisar quais pastores na verdade faziam parte ou eram simpatizantes da ala *renovada* e quais igrejas eram *avivadas*. Na edição comemorativa de *O Estandarte* de 31/07/1960, em um artigo de duas páginas o presidente do Sínodo, João Euclides Ferreira, destacava que a renovação espiritual era “a maior necessidade da igreja” (FERREIRA, 1960, pp. 5, 6).

Na edição do mesmo período no ano seguinte, em editorial sem assinatura e estampado na capa do jornal lê-se: “roguemos com instância o advento glorioso de um novo Pentecoste sobre a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil” (EDITORIAL, 1961, p. 1). Em *O Estandarte* de 31/01/1962, Orlando Ferraz publica *Desafio à potência divina* onde frisa que “devemos crer, portanto, numa obra de Renovação Espiritual de profundidade permanente e crescente, e com demonstrações reais do Poder Divino” (FERRAZ, 1962, p. 1). O mesmo autor volta à carga na edição de 30/04/1962 com o artigo *Desafio à nossa fé* onde argumenta que

Deus tem o seu tempo determinado para agir. Aguardemos uma contra-ofensiva marcada por uma fecunda Obra de Reavivamento Espiritual e alicerçada (...) naquele mesmo espírito e coragem dos cristãos primitivos que, por amor a Cristo, souberam renunciar o mundo, o seu conforto, as suas vaidades e a sua corrupção (FERRAZ, 1962, p. 02).

O combate à frieza espiritual da igreja e ao mundanismo que, de acordo com alguns pastores, estavam infiltrados na IPI, só seria possível através do poder do Espírito Santo. Esta é a conclusão publicada em *O Estandarte* de 15-30/11/1963 pelo pastor Severino Alves de Lima, onde ele frisa que “é notável a diferença existente entre obreiros e igrejas cheios e não cheios do poder do Espírito Santo” (LIMA, 1963, p. 4). Este tema também está no artigo de Orlando Ferraz em *O Estandarte* de 15-31/12/1964 sob o título *Reavivamento Espiritual*: “Hoje nossas igrejas necessitam de um tratamento especial para se erguerem do seu sono, ou melhor, do seu sonambulismo” (FERRAZ, 1964, p. 15).

Na capa dessa mesma edição, foi publicado o calendário da Semana Universal de Oração, prática observada pela comunidade protestante mundial desde 1846, que seria de 4 a 9 de janeiro de 1965. Para cada dia da semana havia uma reflexão bíblica sobre o tema do avivamento. Relacionados ainda ao tema do avivamento espiritual, diversos outros artigos são publicados em *O Estandarte* mês a mês. Os títulos são sugestivos: *Maravilhas divinas em Santa Rosa do Viterbo*, de 15/02/1965; *O que falta à*

Igreja, de 28/02/1965; *Pode acontecer de Novo?*, de 15/01/1967; *O dinamismo do Espírito Santo em nossas vidas*, pelo Dr. Gordon Chown, professor da Faculdade de Teologia da IPI, em 15/01/1967; *O sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina clamam por poderosa evangelização*, de 31/01/1967; *Até que ponto a igreja está dividida?*, de 31/03/1967. O artigo mais significativo foi o de Alfredo Borges Teixeira, publicado sob o título *Planejamentos* na edição de 15/06/1965. Teixeira era remanescente do grupo fundador da IPI em 1903, teólogo respeitado e professor emérito da Faculdade de Teologia. No artigo ele defende uma aproximação das igrejas históricas com as pentecostais, pois estas últimas representavam “uma nova era do cristianismo”:

Parece-me que as Igrejas históricas devem aproximar-se das congregações pentecostais a fim de receber delas o calor da sua fé no Espírito Santo e oferecer-lhes, de sua parte, o exemplo de uma boa organização como recomenda S. Paulo (TEIXEIRA, 1965, p. 5).

Até que em *O Estandarte* de 15/06/1967, o presidente do Supremo Concílio, Daily Resende França, pastor da 1ª IPI de São Paulo, publica a pastoral *Façamos uma fogueira na igreja* onde conclama que a igreja deve orar e buscar “línguas de fogo” para que a igreja se tornasse uma “igreja em chamas” (FRANÇA, 1967, p. 8). De acordo com o que vinha sendo publicado e pregado pela IPI do Brasil, desde o início da década, as experiências carismáticas dos pastores Abel Amaral Camargo, Palmiro de Andrade e Jobel Cândido Venceslau bem como de vários outros pastores, presbíteros e leigos estavam perfeitamente alinhadas com tais diretrizes, embora não fosse um pensamento de consenso dentro do campo independente e provocasse certo desconforto, como essa pastoral publicada em *O Estandarte* de 30/09/1968:

Chegou o momento do nosso povo sair do meio do mundo e libertar-se do pecado (I Cor. 5:11 e Jeremias 51:45), para que nossas Igrejas não se transformem em simples lugares onde canta hino, faz-se oração e tira-se coleta, mas Deus não nos ouve, nem aceita nossa adoração e não há salvação de almas (ANDRADE, 1968, p. 8).

Em dezembro de 1966, o Supremo Concílio da IPI se reuniu em São Paulo para tratar sobre diversos assuntos de interesse da igreja, onde ficou clara a posição de combate às ideologias modernizantes e ao ecumenismo propalado pelo Conselho Mundial de Igrejas. O tema da renovação espiritual não apareceu na reunião. Em janeiro de 1967 reuniu-se em São Paulo o Sínodo Oriental do qual faziam parte o Presbitério do Leste, o Presbitério de Osasco, o Presbitério Paulistano, o Presbitério Sul de São Paulo e

o Presbitério de São Paulo, ao qual pertencia o presidente do Supremo Concílio, Daily Resende França. No Sínodo, o assunto sobre pentecostalismo ganhou destaque e foi votada uma resolução com o seguinte teor:

Este Sínodo resolve: a) Que os presbitérios sob sua jurisdição exijam de seus ministros uma declaração reafirmando a aceitação das doutrinas ensinadas na Palavra de Deus e consubstanciadas nos Símbolos de Fé. b) Que a mesma exigência seja extensiva aos Conselhos das igrejas com referências aos presbíteros e diáconos e, que os Presbitérios determinem aos Conselhos a adotarem um livro especial de compromissos, no qual assinem igualmente presbíteros e diáconos, ratificando ou assumindo compromissos (SÍNODO ORIENTAL, 1967, p. 7).

Na edição de *O Estandarte* de 28/02/1967, logo na capa, foi estampada uma pastoral às igrejas do Presbitério do Nordeste, assinada pelo seu presidente, Moacir Gonçalves Viana, que falava sobre “certos movimentos de renovação que há no Brasil e outros grupos” e recomendava que “os pastores e as igrejas assumam uma atitude inteligente de discernimento, que não seja de hostilidade nem também de apoio incondicional”. A pastoral completava dizendo que “ao lado de alguma coisa boa, há também o exagero, o fanatismo e até heresias” que poderiam ou já estavam “trazendo divisões dentro das igrejas que os têm acolhido desprevenidamente” (VIANA, 1967, p. 1). Portanto, os pastores eram conclamados a se manterem fiéis à doutrina e tradição da igreja.

Quando o Supremo Concílio se reuniu novamente, em fevereiro de 1969, em Jandira, São Paulo, entre os assuntos a serem discutidos estavam os relacionados com o movimento de renovação espiritual. Já, nessa época, Abel Amaral Camargo com o concurso e consentimento de Azor Etz Rodrigues, havia transformado a celebração cúltrica da igreja de Assis: “O templo, enquanto local de recolhimento e silêncio, foi transformado em espaço de participação, palmas e expressões de louvor. Uma mudança radical” (CARVALHO, 2003, pp. 11, 12). O relato feito por Camargo desse momento é muito revelador:

Nossa casa era um hotel. Visitantes vinham de todas as partes. Deus operando maravilhas: curando câncer, estreitamento do esôfago, epilepsia, hérnia, intestino, estômago, pulmão, coração, dores pertinazes de cabeça, etc. Vidas eram libertas. Muitos abandonavam a bebida alcoólica, os jogos de azar e o fumo. Outros optavam por uma vida mais simples, abandonando o uso de brincos, colares, anéis, pintura e livravam-se de objetos (estatuetas) que descobriram ser seus ídolos. Iniciou-se campanha de orientação quanto à moda masculina e feminina (CAMARGO, 1983, p. 9).

No interior do Paraná, Jobel Cândido Venceslau também começara a enfrentar problemas devido a sua postura pentecostal. Um grupo da IPI de Campina da Lagoa fez um abaixo assinado acusando-o de práticas pentecostais, e o remeteu ao Presbitério Oeste do Paraná. Reunido em janeiro de 1968, o Presbitério ouviu os argumentos de Venceslau que manteve a sua posição de continuar com o movimento de renovação espiritual. Decidiu então verificar o problema *in loco*, nomeando uma comissão para

conversar com os membros da igreja de Campina da Lagoa. Apesar do relatório da comissão ser contra o pastor, esta não tinha força legal para substituí-lo. Venceslau continuou pastoreando a IPI de Campina da Lagoa, mas morando em Campo Mourão onde também era pastor da IPI local. Nesta época também, a IPI de São José da Pitanga e as suas congregações, Betânia e Palmital, aderiram ao movimento de renovação. Apesar de ser pastor numa área rural do interior do Paraná, Venceslau ganhou projeção nacional com o seu relatório eclesiástico de 1968 onde apontava o recebimento de 96 membros nas igrejas que pastoreava (VENCESLAU, 1998, p. 20).

Na edição de *O Estandarte* de 15/11/1968, Palmiro de Andrade, presidente do Sínodo Meridional, publica um artigo na primeira capa do jornal. O título é emblemático: *Uma fogueira no púlpito*. Nele, fala de sua participação na campanha evangelística realizada pela 1ª IPI de São Paulo, em outubro daquele ano, onde tomou parte como conferencista. Revela que a obra de renovação espiritual deveria começar pelos pastores, isto é, no púlpito, a fim de que a igreja tivesse vitalidade para enfrentar os desafios da época. No final, faz um apelo veemente:

Não podemos deixar para ver como ficará nossa Igreja. Precisamos tomar uma posição certa e agora, ou, então nunca mais, porque Deus quer operar entre nós (II Crônicas 7: 11-22). Vários pastores e crentes, espalhados pela pátria, já estão empenhados na reconstrução espiritual da Igreja. Quem nos acompanhará? (ANDRADE, 1968, p. 1).

Nas entrelinhas, Andrade estava dizendo que o problema da falta de espiritualidade da igreja era do seu corpo ministerial. Nos artigos que escreverá até 1972, ficará patente essa identificação, ocasionada, principalmente, pelo fato de vários ministros serem advogados e professores ou que exerciam o que se convencionou chamar de dupla profissão. Essa crítica o afastará, posteriormente, de diversos colegas do ministério independente.

Como secretário permanente do Presbitério de Santa Catarina, Palmiro de Andrade fez aprovar, em janeiro de 1969, pouco antes da reunião do Supremo Concílio, um “apoio integral ao movimento de avivamento espiritual”, fazendo constar em ata o seguinte: “Nosso Presbitério, a partir do segundo semestre de 1968, entrou num profícuo movimento de avivamento espiritual com grandes resultados espirituais. Os números não podem representar os fatos. Glória a Deus por tal bênção!” (PRESBITÉRIO DE SANTA CATARINA, 1969, p. 8). Dada a sua habilidade de conferencista, professor e líder denominacional, Andrade foi convidado para conduzir

uma das devocionais da reunião do Supremo Concílio, em Jandira, falando sobre o tema do Espírito Santo.

Os 47 pastores e 34 presbíteros que compunham o Supremo Concílio aprovaram uma tomada de posição sobre o movimento de renovação espiritual. A resolução foi publicada em, nos seguintes termos:

I. O Supremo Concílio sente a necessidade urgente de um despertamento da igreja, para uma vida espiritual mais profunda e poderosa no testemunho do Evangelho; **II.** Não se conforma com a posição de indiferença espiritual e não admite fanatismos que geram desordens, mas procura orientar esse movimento, no sentido de que todos os crentes se encontrem aos pés de Cristo; **III.** Nesse propósito, o Supremo Concílio hipoteca irrestrita solidariedade aos pastores que, com seriedade e sensatez, vem promovendo um autêntico avivamento em nossas igrejas, no espírito de fidelidade às Escrituras e sob a orientação do Espírito Santo, sem os exageros e fanatismos desnecessários, tendo em vista o ensino de Paulo: “Mas, faça-se tudo decentemente e com ordem” (I Cor, 14: 40b); **IV.** Embora admitindo a existência de dons especiais, que o Espírito concede a quem Ele quer e como quer (I Cor, 12: 1-11), julga o Supremo Concílio deva ser dada toda ênfase ao Fruto do Espírito, de acordo com Gál. 5: 22, 23 e não a tais dons (SUPREMO CONCÍLIO, 1969, p. 11).

Escrevendo sobre essa decisão, Mathias Quintela de Souza, ex- aluno do IBJC e simpatizante do movimento de renovação na época e que nos anos de 1996 a 1998 foi presidente do Supremo Concílio, destaca que ela previa que “toda ênfase deveria ser dada ao fruto do Espírito (caráter) e não aos dons (carisma)”. Isso, de certa maneira, era grave, pois, “ao referir-se a esses dons como especiais, o Supremo não os reconhecia como parte da vida ordinária da igreja no que se refere à liturgia e à missão, mas, por serem extáticos, ocupariam uma situação de marginalidade”. Diante disso, ele indaga: “Seria possível a integração desses carismas na vida da igreja ou seria inevitável o surgimento de uma nova comunidade onde seriam rotinizados?” (SOUZA, 2003, p. 32).

A resposta parece já dada na segunda parte da questão. Na realidade, a decisão aprovada pelo Supremo Concílio dava certa liberdade aos pastores *renovados* para que continuassem com o seu trabalho e, ao mesmo, tempo tentava aplacar o descontentamento daqueles que eram contra o movimento, radicalizando no combate ao ecumenismo, ao liberalismo teológico e aos comunistas. Em pastoral do Sínodo Meridional publicada em *O Estandarte* de 30 de abril daquele ano, Palmiro de Andrade utiliza expressões carregadas como “momento de posse definitiva da plenitude do Espírito Santo”, “graças a Deus que o nosso Sínodo foi despertado pelo Espírito Santo”

e “coisas estranhas e grandiosas têm acontecido em nossa região”. Outras também eram bem desafiadoras, “busquem mais e mais do poder, unção e plenitude do Espírito Santo, algo que se alcança com o batismo do Espírito Santo”, “as portas do avivamento estão abertas para nossa denominação, não só por exigência divina, mas por determinação do Supremo Concílio” (ANDRADE, 1969, pp. 6, 7). De acordo com Abel Amaral Camargo “com essa posição equilibrada do Supremo Concílio, o número de pastores, presbíteros e crentes no avivamento aumentou e começamos a ter reuniões para orar, organizar, estruturar e orientar a expansão do movimento” (CAMARGO, 1983, p. 10).

O período após a reunião e decisão do Supremo Concílio foi marcado por manifestações pró e contra o avivamento, bem como por posições que buscavam o equilíbrio e o cuidado para preservar a doutrina da IPI. Diversos artigos foram publicados no órgão oficial da igreja em 1969. Na edição de 15/02 sai a segunda parte de um artigo de Jobel Cândido Venceslau intitulado *Aviva, ó Senhor*, onde, faz uma referência implícita aos problemas que havia enfrentado com membros de sua igreja: “Tenho acompanhado a luta que Enéas Tognini e Antonio Elias têm enfrentado em suas igrejas. Sim, porque Satanás usa os próprios membros da igreja para combater a obra de Deus” (VENCESLAU, 1969, p. 5).

Escrevia ainda que “sempre foi assim e sempre será assim, porque sempre haverá o joio no meio do trigo”. Ele finaliza o artigo dizendo que o avivamento iria separar o joio do trigo. Na mesma edição, Severino Alves de Lima escreve que a “renovação espiritual exclui os exageros, as falsas manifestações emocionais, a desordem, a desobediência à Palavra de Deus, e tudo que não contribua para a edificação da igreja” (LIMA, 1969, p. 4).

Na edição de 28/02, o pastor Jorge do Amaral Pinto publica um relato sobre o II Encontro de Avivamento Espiritual da região de Cianorte, sob o título *O incêndio já começou a lavrar* onde dá o seguinte destaque: “um reavivamento está se processando em algumas igrejas Presbiterianas e Presbiterianas Independentes do Norte do Paraná, embora nos moldes diferentes daqueles que nós, presbiterianos, estamos acostumados” (PINTO, 1969, p.3). Dizia também que não tinha dúvidas de que aquele avivamento era “obra genuína do Espírito de Deus”, porém conclamava aos pastores líderes do movimento que o desenvolvessem “dentro das sãs doutrinas do Evangelho e nas linhas da ordem e da decência do Novo Testamento”. Pinto havia ido para Cianorte sob as expensas da IPI de Vila Prudente, uma congregação do Presbitério de São Paulo e que

estava interessada no tema do avivamento. Na edição de 30/04, Severino Alves de Lima critica os cultos que estavam perdendo o sentido dentro do movimento de renovação espiritual, pois havia “em alguns cultos de oração com muito exagero infrutífero, orações muito compridas e repetidas, contra o ensino de Cristo”.

Pontuava também que “há gritos e outras descontroladas manifestações não edificantes, e depois alguém diz que tudo isso foi uma maravilha” (LIMA, 1969, p. 3). O profícuo pastor retorna em mais um artigo sobre a renovação na edição de 31/05, na primeira página: “em todo o movimento espiritual a palavra de Deus deve ser a pedra de toque para determinar o que é falso e o que é verdadeiro, para dirimir qualquer dúvida” (LIMA, 1969, p. 1). A dúvida, nesse caso estava relacionada com os dons de profecia e de línguas estranhas.

A edição de 15/07 traz as notícias de Jobel Cândido Venceslau sobre o II Encontro de Avivamento Espiritual realizado pela IPI de Campo Mourão em conjunto com a Igreja Presbiteriana de Cianorte, pastoreada por Jonathan Ferreira dos Santos⁹. O encontro foi realizado de 3 a 6 de abril com mais de 750 participantes, representantes de 63 igrejas de diferentes cidades do Paraná, São Paulo e Santa Catarina. Da IPI participaram como pregadores os pastores Saulo de Melo, Mathias Quintela de Souza, Adonias Ribeiro de Castro e Nilton Tuller. Venceslau informa que “muitos foram batizados com o Espírito e outros deixaram os seus pecados aos pés da cruz. Muito choro, muita alegria, muitas orações”. Desafiador, também destaca que “houve barulho sim, graças a Deus, porque a igreja não está morta, mas viva e, quando o povo de Deus se alegra, há barulho no Espírito Santo, o barulho da glorificação e louvor a Deus. (...) houve muita decência e muita ordem” (VENCESLAU, 1969, pp. 2 e 3). Ao se lembrar desse episódio, 34 anos depois, Mathias Quintela de Souza, pondera: “A dificuldade estaria sempre em alcançar consenso quanto aos limites dessa ordem e decência, referidas no documento do Supremo Concílio e reafirmadas em outras decisões conciliares e pronunciamentos pessoais” (SOUZA, 2003, p. 32). Azor Etz Rodrigues encaminha notícias do avivamento na igreja de Assis nas edições de 31/07 e de 31/08, com o título *Notícias de ouro e fogo*. Neste último, Rodrigues registra em tom ufanista as experiências da IPI de Assis com o avivamento:

⁹ Na realidade a Igreja de Cianorte, pastoreada pelo Rev. Jonathan Ferreira dos Santos, já não estava mais na comunhão da IPB. Em agosto de 1968 todo o Presbitério de Cianorte (Cianorte, Paranavaí, Campo Mourão, Iporã e Ubitatã) havia aderido ao movimento de renovação espiritual e se desligara da IPB formando o Presbitério de Cianorte da Igreja Cristã Presbiteriana. Santos era o líder desse movimento.

Nossos cultos de vigília são realizados das 20 até às 6 horas da manhã. Outras vezes encerram-se à meia-noite. Vários irmãos e irmãs, previamente convidados, participam da direção. Leituras bíblicas, breves meditações, testemunhos pessoais, cânticos de hinos e corinhos, eis os fatos principais do programa (RODRIGUES, 1969, p. 3).

Note-se o cuidado em deixar transparecer que o avivamento estava sendo conduzido com ordem e disciplina, dentro daquilo que preconizava a orientação do Supremo Concílio. No mesmo artigo, Rodrigues também fala da criação de uma Sala da Bênção, onde estavam acontecendo maravilhas:

As reuniões, em regra, começam pouco antes das 20 horas e prosseguem durante duas e três horas. São dirigidas pelo pastor, pelos presbíteros, diáconos, homens, mulheres e jovens. Pequenas leituras bíblicas, meditações rápidas, cântico de numerosos corinhos e hinos, muitos testemunhos e se fazem numerosas orações fervorosas. Cada um se coloca na posição de reverência que julgar melhor: em pé, sentados, de joelhos ou prostrados diante do Senhor (...) por isso, não é para se estranhar que o Senhor esteja realizando milagres e maravilhas. Aleluia! Glória ao Senhor! (RODRIGUES, 1969, p. 3).

Palmiro de Andrade escreveu um artigo na edição de 15/08, com o título *Sobre dons e fruto espirituais*, onde com muita perspicácia e argúcia, conforme comenta Lima (1989, p. 14), tratou de questionar a predileção do Supremo Concílio pelo “fruto do espírito” em detrimento dos “dons do Espírito”:

Não se pode escolher uma parte. Tanto o fruto como os dons são reais e necessários na vida cristã, real, autêntica, porque sem os mesmos não haverá a presença nem aprovação do Espírito. Quando estamos possuídos pelo Espírito, então os frutos e os dons se manifestam. Querer, apenas, uma parte é limitar a obra divina, o que não se pode fazer segundo a afirmativa de Cristo em João 3:8 e de Paulo em I Cor. 12: 7 e 11” (ANDRADE, 1969, p. 1).

Segundo Lima (1989, p. 14), Andrade colocava “em xeque a maltrapilha e estropiada definição teológica do Supremo Concílio. Em certo sentido, estavam os ‘renovados’ mais próximos da pneumatologia bíblica do que os próceres da IPI do Brasil”. Na mesma edição, Abel Amaral Camargo publicou um extenso artigo onde critica um colega do Presbitério de Assis, Elizeu Rodrigues Cremm, pastor da 2ª IPI daquela cidade, que havia publicado uma reportagem sobre o avivamento em Assis no jornal *Cristianismo*¹⁰. Nele, afirmava que o movimento era uma “onda de

¹⁰ Cremm publicou suas impressões em *Cristianismo*, nº 185/186, de abril/maio de 1969.

pentecostalismo” e que os “sentimentos das pessoas” eram explorados. Camargo se defendeu dizendo que a IPI de Assis era “pentecostal sim, mas não pentecostalista. Nossos trabalhos marcham avivados. Somos avivados, mas avivados Presbiterianos Independentes”. O pastor da 1ª IPI também disse que havia convidado o “colega que deu essas notícias alarmantes” para comparecer à “Sala da Bênção”, em uma reunião de oração, mas “nem uma vez ele nos deu a honra de sua presença” (CAMARGO, 1969, p. 6). Fato é que aquela publicação abriu um precedente na denominação quanto ao assunto do movimento de renovação: o conflito entre os profetas estava aberto.

Na edição de 31/08, onde Azor Rodrigues publicou *Notícias de ouro e fogo*, há um convite para a campanha do jubileu da IPI de Bauru, com eventos na 1ª e 2ª igrejas e congregações. Os conferencistas eram todos do movimento de renovação espiritual, inclusive o pastor titular do campo, Atílio Fernandes: Abel Amaral Camargo, Palmiro de Andrade e Antonio Elias, da IPB. Em *O Estandarte* de 15-30/09, Antonio Miguel dos Santos, da IPI de Araraquara, pública o artigo *Quem está pedindo avivamento em sua igreja?* em que destaca que caberia aos pastores da denominação a condução do avivamento: “E uma triste verdade, todavia, precisa ser dita, há muitos púlpitos que não têm para dar. O púlpito é o lugar onde o fogo do Espírito Santo começa a queimar, e o pastor deve ser a primeira chama deste fogo sagrado, que por certo, irá iluminar toda a igreja” (SANTOS, 1969, p. 5).

No mesmo artigo também elenca uma série de passos que a igreja deveria dar para receber o avivamento. Nesta mesma edição, Mathias Quintela de Souza, na época pastor da IPI de Araçatuba, escreve o artigo *Fariseu e Saduceu modernos*, onde relaciona a ortodoxia de um e o relativismo de outro, a frieza de um e a revolta de outro e as aplica à igreja. Conclui com uma pergunta desafiadora e que revela os ânimos daqueles embates: “Em nossos dias o avivamento é temido e os evangelistas são evitados. Qual é o motivo de tão grande mudança?”. Ele mesmo dava a resposta: “o modernismo tem operado a sua mortal atuação na vida da igreja” (SOUZA, 1969, p. 3).

Os debates que aparecem em *O Estandarte* também aconteciam nos concílios e nas próprias igrejas com a divisão entre membros avivados e tradicionais. Foi necessário que o órgão oficial da denominação publicasse um editorial alertando as igrejas sobre os problemas que esses desentendimentos estavam causando. Sob o título *Confiança e Ordem*, sem assinatura, a edição de 15/10/1969 destaca um “um veemente apelo aos nossos pastores e Conselhos locais, para que estejam atentos a esta ponderada

resolução do Supremo Concílio e evitem atitudes e publicações que firam a tomada de posição da Igreja Independente sobre o assunto”. O órgão oficial também conclamava para que “haja ordem e cuidado nos movimentos espirituais e de avivamento que devem ser estimulados, tendo merecido a irrestrita solidariedade do Supremo Concílio, mas sem exageros e fanatismos que só criam problemas e dificuldades desvirtuando a sua alta e inspiradora finalidade” (EDITORIAL, 1969, p. 2).

Entretanto, na mesma edição, há a publicação do artigo de Moacir Gonçalves Viana, presidente do Presbitério do Nordeste, que critica de forma pontual o artigo de Venceslau, de 15/07, que trouxe notícias sobre o encontro de avivamento de Campo Mourão e as referências que este fez sobre o “batismo com o Espírito Santo”. Segundo ele, isso era um “fermento tendencioso do pentecostismo” e que a IPI estava “às portas de uma divisão” por causa desse movimento. Conclamava no final: “acordemos enquanto é cedo” (VIANA, 1969, p. 4). Em meio às disputas exaltadas, havia aqueles que tentavam apaziguar como o caso de Orlando Ferraz, decano pastor da IPI. Ferraz publica na edição de 31/10 de *O Estandarte* um curioso artigo da série *Reavivamento Espiritual*, onde defende que a igreja precisava de “obreiros preparados para a obra de reavivamento espiritual”.

Dizia também que “ninguém podia negar nem mesmo evitar” as coisas erradas e exageradas que surgiam nos reavivamentos, embora isso fosse positivo: “através delas surge a preciosa experiência da boa comunhão mística com Cristo; como do crisol se retira o ouro purificado” (FERRAZ, 1969, p. 12). Expressões como *fogo* e *chamas* tornaram-se corriqueiras no órgão oficial da denominação, utilizadas tanto por adeptos do movimento de renovação espiritual quanto por aqueles que se mantinham em posição de defensores da tradição doutrinária da igreja.

O campo em guerra declarada: o caso do Instituto Bíblico João Calvino

No final de 1969 ocorreu no Sínodo Meridional uma das mais tensas reuniões onde o tema avivamento esteve presente. Sua convocação havia se dado por duas questões anteriormente mal resolvidas. Em janeiro de 1968, por conta de problemas administrativos e financeiros do Instituto Educacional Evangélico de Arapongas - IEEA, a igreja nacional, a pedido do Presbitério de Maringá, nomeou uma comissão

especial, juntamente com a Fundação Eduardo Carlos Pereira¹¹, para tentar resolver o problema. A decisão foi separar o IBJC do IEEA, administrativamente e contabilmente, passando a sua jurisdição ao Sínodo Meridional. Por conta das dívidas contraídas e pelas divergências contábeis, o Presbitério de Maringá suspendeu das atividades pastorais, por mais de um ano, João de Godoy, fundador do Instituto e pai de Antonio de Godoy Sobrinho, na época diretor do IBJC. Por ocasião do Supremo Concílio de 1969, foi levada ao plenário uma denúncia contra Sobrinho, formulada pelo presbítero representante da IPI de Arapongas, que era membro do Sínodo Meridional. Entretanto a denúncia apenas constou das atas, ficando para a Mesa Administrativa proceder diligências necessárias para apurar o fato juntamente com o Sínodo Meridional.

A reunião extraordinária do Sínodo foi marcada para o dia 16 de dezembro de 1969, uma quinta-feira, no templo da 1ª IPI de Maringá, sob a presidência de Palmiro de Andrade e secretariada pelo presbítero Jamil Josepetti. A pauta era: “Problemas relacionados com o Instituto Bíblico João Calvino” (SÍNODO MERIDIONAL, 1970, p. 5). Estiveram presentes 29 pastores e 29 presbíteros, membros do Sínodo e mais os pastores representantes da Fundação, Milton Santos (presidente), Antonio Gouvêa Mendonça e Gordon Chown. O vice-presidente do Supremo Concílio, pastor Rubens Cintra Damião, também esteve presente.

O Sínodo havia nomeado uma comissão para apurar as acusações feitas contra Antonio de Godoy Sobrinho, diretor do IBJC. Essas acusações haviam sido feitas no plenário da última reunião sinodal e para uma comissão nomeada para ouvi-lo, bem como pelo conselho da IPI de Arapongas e outros membros do concílio. Diziam respeito às suas idéias doutrinárias ensinadas em aulas e pregações. O relatório da comissão foi apresentado, mas considerado irregular pelo Sínodo, pois a mesma havia funcionado sem *quorum*. Desse modo, havia dois documentos sobre a mesa. O primeiro era um relatório da Comissão de Educação Teológica, nomeada pelo Sínodo para supervisionar o ensino no Instituto, de quatro laudas solicitando a transferência do IBJC da área sinodal para a da Fundação Eduardo Carlos Pereira.

O segundo era uma carta do conselho da IPI de Arapongas, com assinatura de Mathias Quintela de Souza e de todos os presbíteros, onde relatava motivos conflitantes entre a direção e alunos do IBJC com a igreja local e que resolvia: “a) não mais ceder as instalações da igreja para funcionamento do Instituto; b) solicitar providências no

¹¹ A Fundação havia sido criada para administrar a educação teológica na IPI.

sentido da remoção do Instituto das dependências do Instituto Educacional Evangélico, de propriedade da Igreja; c) que se colocava à disposição do Sínodo para esclarecimentos detalhados” (SÍNODO MERIDIONAL, 1970, p. 5). Sobre o primeiro documento, o representante da Fundação declarou que não faria qualquer proposta ao Sínodo enquanto não fossem resolvidos os problemas locais. Assim, restou ao concílio discutir e deliberar sobre o documento da IPI de Araçongas. Uma proposta do pastor Agenor Cunha Guedes, do Presbitério de Londrina, procurava apaziguar os ânimos: “Que o Sínodo resolva mudar o IBJC, sem discutir os motivos conflitantes existentes entre a direção do Instituto e a Igreja de Araçongas” (SÍNODO MERIDIONAL, 1970, p. 5).

A proposta foi rejeitada por votação nominal, 37 votos contra 19. Desse modo, o presidente colocou em discussão os motivos conflitantes bem como “toda e qualquer outra acusação que se fazia ao diretor do IBJC” para que o mesmo pudesse apresentar sua defesa e fossem apuradas outras questões. Os primeiros a se manifestar foram o pastor da IPI de Araçongas, Mathias Quintela de Souza, e o presbítero Francisco Lopes da Silva. Ao defenderem a posição da Igreja, alegaram que os alunos do Instituto faziam os comentários mais chocantes contra a atual orientação dada à Igreja, inclusive em púlpitos. Afirmaram também que o atual diretor, ao visitar membros da igreja, “descambava para o terreno das discussões sobre o movimento de avivamento que se processava na IPI de Araçongas”. Em sua defesa, Sobrinho confirmou que, de fato, dizia que o referido movimento era de caráter emocional “com aspectos que aberram dos costumes tradicionais da Igreja”. Também falou sobre a história do IBJC, das lutas de sua família, defendendo a escola e os alunos das acusações. Por fim, declarou que “continuará a dar a mesma orientação que vinha dando até aquela data” (SÍNODO MERIDIONAL, 1970, p. 5).

Diversos oradores se revezaram no uso da palavra, com acalorados debates até que foi apresentada uma proposta pelo pastor Saulo de Melo, do Presbitério de Santa Catarina, para que fosse discutida e colocada em votação a permanência ou não de Antonio de Godoy Sobrinho à frente do IBJC. A proposta recebeu apoio e entrou em discussão, com novos e tensos debates. Sobrinho formalizou um protesto nos seguintes termos: “desacredito na inteligência e na consciência da Igreja, quando ela não permite trabalhos feitos com a maior honestidade como aquele que se faz à frente do IBJC” (SÍNODO MERIDIONAL, 1970, p. 6). Na ocasião também foi lido um documento do

Centro Acadêmico Ernesto Luiz de Oliveira onde os alunos defendiam o trabalho e orientação do seu diretor. Entretanto, a proposta foi colocada em votação e 31 conciliares se manifestaram contra a permanência do diretor, sendo 20 favoráveis.

Com a demissão consumada, Sobrinho propôs que o nome João Calvino fosse retirado do Instituto, uma vez que pertencia à sua família, o que foi aceito por unanimidade. Coube a Palmiro de Andrade, após 19 horas de reunião, fazer o anúncio da demissão do diretor do IBJC, por votos da maioria do concílio e declarar que o Instituto deixava de existir de direito, porque seu nome fora retirado. Com isso, a presidência do Sínodo estava em condições de remeter o problema para a Fundação Eduardo Carlos Pereira (SÍNODO MERIDIONAL, 1970, p. 6).

Em 25 de fevereiro de 1970, a Fundação nomeou Andrade para ser o diretor do novo Instituto Bíblico que voltaria a funcionar nas antigas instalações do IBJC, isto é, nas dependências cedidas pela IPI de Arapongas. A nova instituição passou a ser chamada de Instituto Bíblico de Arapongas – IBA. O grupo dos *renovados* comemorava o apoio da estrutura administrativa da Igreja aos líderes do movimento de renovação, especialmente a Palmiro de Andrade. Contudo, havia uma grande ferida aberta no relacionamento entre este e Sobrinho, ferida esta que voltaria a ficar exposta durante a divisão de 1972.

O auge do conflito

O ano de 1970 começa com o grupo dos *renovados* bastante ativo. Realizavam várias campanhas evangelísticas nas igrejas da denominação, principalmente nos estados do Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais. O grupo também se organizava internamente. No dia 4 de maio, os pastores e líderes do movimento de renovação espiritual, num total de 23, se reuniram em Arapongas para “orar, organizar, estruturar e orientar a expansão do avivamento” (CAMARGO, 1983, p. 10). Administrativamente, a diretoria da denominação articulava a sua própria “renovação”, por meio de um instrumento burocrático denominado *Plano Trienal II*. Segundo Lima (1989, p. 13), “Esse plano, produzido pela cúpula eclesiástica, vinha carregado de versículos bíblicos e motos de efeito sobre o Espírito Santo, o que fazia crer que a sua implementação mudaria a face denominacional, dinamizando as comunidades locais”. Aos poucos, aquele ano foi se transformando no ano do cerco aos *avivados*. Os editoriais de *O Estandarte*, escritos, ora pelo pastor Álvaro Simões, ora pelo presbítero

Benjamin Themudo Lessa traziam constantemente a lembrança de que o Supremo Concílio havia decidido pela “ênfase aos frutos do Espírito” e de que a denominação prezava pelo “sistema presbiteriano de doutrina”.

Na edição de 15 de janeiro é publicado um suplemento com artigos do veterano pastor Antonio Correa Rangel de Alvarenga, presidente do antigo Sínodo de 1947 a 1949, sobre a doutrina do Espírito Santo. De acordo com as informações da direção do jornal, o suplemento apresentava o tema “segundo as normas doutrinárias da denominação”. O caderno, intitulado de *A Hora da Verdade* combateu ferozmente todos aqueles que estavam agitando a igreja, “pentecostais, liberais e ecumenistas (*sic*)”, além de cobrar providências da Mesa Administrativa e do presidente do Supremo Concílio (CAMARGO, 1983, p.10). Por ocasião da reunião da Mesa Administrativa da Igreja, em fevereiro de 1970, Abel Amaral Camargo encaminhou um telegrama reclamando de que seus artigos sobre o avivamento em Assis não estavam sendo publicados, o que era sinal de clara censura por parte da direção daquele órgão.

Na mesma reunião, o Presbitério do Leste fez uma consulta sobre qual deveria ser o procedimento em caso das igrejas e concílios que estavam “desobedecendo” as determinações do Supremo Concílio, especificando o problema da IPI do Guarujá que estava adotando o avivamento. José Ferreira Filho, pastor da 1ª IPI de Curitiba e partidário do movimento de renovação espiritual, apresentou proposta para que a Mesa tomasse uma posição sobre o tema do avivamento (MESA ADMINISTRATIVA, 1970, p. 4). Artigos censurados. Concílios pedindo explicações e veementes apelos em *O Estandarte* para a união da igreja e de fidelidade ao sistema presbiteriano pressionaram a Mesa que, enfim, nomeou uma comissão para estudar e preparar um relatório sobre o movimento de renovação espiritual.

A comissão foi constituída pelos pastores Onésimo Augusto Pereira, relator (1ª IPI de Sorocaba); José Ferreira Filho (1ª IPI de Curitiba), José Coelho Ferraz (IPI Central de Campinas), Mário Ademar Fava (3ª IPI de São Paulo), Antonio de Godoy Sobrinho (IPI de Mandaguari), Isaías Garcia Vieira (IPI de Jacutinga – MG), Palmiro Francisco de Andrade (Instituto Bíblico de Arapongas) e os presbíteros Jahuyr Araújo Lobo (IPI de Anápolis e presidente da Confederação Nacional da Mocidade) e Silvestre Carlos Cassulino (IPI do Imirim – SP e Presidente da Confederação Nacional dos Varonis) (MESA ADMINISTRATIVA, 1970, p. 4).

Em 1970 a 1ª IPI de Assis era a maior igreja da denominação. Seu rol de membros chegava a mil fiéis e contabilizava seiscentos alunos matriculados em sua Escola Dominical, além de onze pontos de pregação dentro do perímetro urbano. Além da primeira Igreja, havia também a 2ª, 3ª e 4ª igrejas pastoreadas por Nilton Tuller, um entusiasta evangelista que veio do norte do Paraná. Preparando-se para inaugurar o seu novo templo, a 1ª IPI de Assis iniciou uma série de campanhas de evangelização montando um *Tabernáculo de lona*, na verdade uma tenda de circo, para 400 pessoas no bairro Jardim Paulista, lugar do “quartel general do Saravá”, onde os cultos eram diários com exceção das segundas-feiras (CAMARGO, 1970, pp. 1 e 2). O jornal *O Estandarte* deu ampla cobertura para o evento publicando vasta matéria de capa na edição de 15 de outubro, além de outra reportagem extraída do jornal *O Progresso*, da cidade de Ourinhos. De fato o *Tabernáculo* de Camargo lembrava as Tendas da Bênção da época da Cruzada Nacional de Evangelização de triste recordação para a IPI do Cambuci.

O novo templo da 1ª IPI de Assis foi inaugurado em 22 de novembro de 1970 em grandiosa solenidade. Contudo, somente na edição de *O Estandarte* de 31 de maio de 1971 é que a reportagem foi publicada usando quatro páginas do jornal, além de chamada na capa. Como não poderia deixar passar, Abel Amaral Camargo *alfinetou* aqueles que eram contra o avivamento espiritual: “Há muita crítica sobre os ‘Dons Espirituais’, mas o avivamento é carismático mesmo. A carne tende a embaraçar a obra com uma dose do poder do Diabo, mas estamos em pé e esperamos em Deus minar essas excrescências que o Diabo arranja” (CAMARGO, 1971, p. 6). Não há dúvidas de que a exposição de Camargo nas páginas de *O Estandarte* e a sua forma agressiva de combater aqueles que não tinham o mesmo pensamento contribuíram para acelerar o processo de ruptura.

Enfim, após 14 meses de estudos, no dia 6 de abril de 1971, a comissão se reuniu com os pastores tidos como líderes do movimento de renovação: Palmiro Francisco de Andrade (IPI de Arapongas), Abel Amaral Camargo (1ª IPI de Assis), Azor Etz Rodrigues (1ª IPI de Assis), Jonas Dias Martins (1ª IPI de Londrina) e Atilio Fernandes (1ª IPI de Bauru), e fez publicar um abaixo-assinado com algumas declarações de princípios:

(...) quanto ao assunto do “Avivamento Espiritual” que se nota em desenvolvimento em nossos arraiais declaramos ainda: a) nossa obediência às determinações do Supremo Concílio; b) nosso desejo de trabalhar para a paz e harmonia da Igreja; c)

nosso respeito aos que pensam diferentemente de nós; d) reconhecer que Deus dá os dons aos homens e o Espírito Santo usa os seus fiéis segundo a sua vontade soberana e sabedoria – Ele é Senhor; [...] (MESA ADMINISTRATIVA, 1971, p. 20).

O documento também continha uma *mea culpa*:

Reconhecemos: a) que exageros têm existido, os quais, muito embora venham sendo corrigidos, por outro lado, sua divulgação tem provocado controvérsia desagradável no seio da Igreja; b) que muitas destas divulgações incorretas têm gerado ambiente de desconfiança nos arraiais independentes; c) finalmente, reconhecemos que infiltrações têm existido em nossos campos, fato esse que precisa ser evitado a todo custo para que a vida da Igreja não seja perturbada, nem nossos princípios afetados (MESA ADMINISTRATIVA, 1971, p. 20).

De novidade mesmo o documento nada trouxe. Na prática a comissão apenas repetia as resoluções que haviam sido tomadas pelo Supremo Concílio de fevereiro de 1969 e hipotecava “irrestrita solidariedade aos pastores que, com seriedade e sensatez, vêm promovendo um autêntico avivamento em nossas igrejas” (MESA ADMINISTRATIVA, 1971, p. 8). De um lado, os *renovados* continuavam o seu trabalho de expansão do movimento enquanto que os *tradicionais* propugnavam manter a fidelidade aos princípios presbiterianos da Igreja. Para ambos os setores, contudo, a decisão da Mesa Administrativa que, num sistema presbiteriano, deveria ser aceita como resolução não estava sendo respeitada.

Para resolver definitivamente a questão só havia uma alternativa, a reunião extraordinária do Supremo Concílio proposta pelo Sínodo Central e que aconteceria ainda em 1971. Contudo na reunião da Mesa Administrativa nos dias 25 e 26 de maio em São Paulo, os conciliares aprovaram a proposta do presbítero Jamil Josepetti, representante do Presbitério de Maringá, no sentido de que todo assunto e qualquer relatório sobre o tema do avivamento fossem tratados exclusivamente na reunião ordinária do Supremo Concílio que seria realizada no mês de janeiro de 1972 em Brasília (MESA ADMINISTRATIVA, 1971, p. 11). Naquela altura dos acontecimentos os problemas já eram muitos e fugiam do controle dos líderes denominacionais.

Denúncias chegavam a todo o momento aos concílios e à Mesa Administrativa. Um encontro de pastores do Sínodo Meridional, presidido por Palmiro de Andrade, chegou a ser gravado por espiões e as fitas cassetes remetidas à direção da Igreja nacional. Em Curitiba, membros da 1ª IPI foram suspensos da comunhão pelos

presbíteros do conselho que também iniciaram um processo disciplinar contra o seu pastor, José Ferreira Filho. Em Bauru, o problema se arrastava desde 1970. Na reunião do Presbitério da Alta Paulista, nos dias 12 e 13 de janeiro de 1971, houve uma decisão por suspender Atílio Fernandes, pastor da 1ª e da 2ª igreja, pelo período de quatro meses, além de dissolver os conselhos das duas igrejas (PRESBITÉRIO DA ALTA PAULISTA, 1971, pp. 12, 13).

Contudo, houve apelação para o Sínodo Central e a decisão foi revogada três dias depois, decidindo-se ainda pela criação do Presbitério de Bauru (SÍNODO CENTRAL, 1971, 12), o que foi feito no dia 17 de janeiro, sendo eleito o próprio Fernandes para presidente (PRESBITÉRIO DE BAURU, 1971, pp. 13 e 14). Os excluídos de Curitiba e os descontentes com a manutenção de Fernandes em Bauru apelaram à Mesa Administrativa que decidiu encaminhar todos esses assuntos para a reunião do Supremo Concílio em Brasília ((MESA ADMINISTRATIVA, 1971, p. 11).

Na IPI da Vila Yara, em Osasco, 52 membros fizeram um abaixo-assinado e encaminharam ao Presbitério de Osasco para que este resolvesse o problema já que havia um grupo dentro da igreja com características pentecostais. O presbitério se reuniu no dia 20 de novembro e resolveu dissolver o conselho da Igreja, nomeando uma comissão interventora e deu orientações no sentido de que se a comissão, juntamente com o pastor da igreja, Josué Xavier, não conseguisse trazer “os elementos manifestantes considerados pentecostalizantes à ordem e à disciplina da Igreja” que os mesmos deveriam ser excluídos da igreja. (PRESBITÉRIO DE OSASCO, 1971, p. 9).

A exclusão se consumou no dia 20 de abril de 1972, saindo 45 membros, entre eles quatro presbíteros e seis diáconos. Outras igrejas da denominação estavam vivenciando o mesmo clima de enfrentamento: a IPI de Arapongas, pastoreada por Palmiro de Andrade; a IPI da Bela Vista, em Osasco, pastoreada por Gordon Chown; a IPI de Pirapozinho, São Paulo, pastoreada por Laércio Dias, entre outras igrejas no Paraná, São Paulo e Minas Gerais.

O grande revés para o grupo da renovação espiritual aconteceu no dia 27 de junho de 1971, quando em um acidente automobilístico próximo à Brasília, morreram o presidente do Supremo Concílio, Daily Resende França, e o pastor João Euclides Ferreira. Ambos eram apoiadores do grupo *renovado*, sendo que França era tido como uma espécie de escudo para os pastores do movimento: “Ele, à frente da Igreja, não

queria vê-la dividida. Não a viu mesmo. Era o conselheiro da calma e da prudência. (...) como pastor da nova geração queria ver todos unidos” (CAMARGO, 1983, p. 10).

Devido à vacância do cargo de presidente do Supremo Concílio, as atenções da igreja se voltaram para as eleições da nova Mesa que aconteceriam na reunião do Supremo marcada para o dia 21 de janeiro de 1972, em Brasília. Nessa reunião, o assunto do avivamento espiritual também seria debatido e a intenção de todos os concílios menores era de que fosse resolvido urgentemente. O grupo dos *renovados* realizou nova reunião em Assis, no dia 9 de agosto com a presença de 28 pastores, além de presbíteros e leigos. As decisões ainda refletiam um desejo de permanecer dentro do campo eclesiástico da IPI:

1. Cremos no Batismo com o Espírito Santo (Plenitude) como bênção para todos os crentes.
2. Cremos no exercício dos Dons Espirituais para os nossos dias (teoria e prática) de acordo com a orientação do apóstolo São Paulo, dada pelo Espírito Santo como, quando e a quem Ele quer (I Cor. 12:11).
3. Cremos na necessidade de se corrigir qualquer exagero tanto no exercício dos Dons quanto na Liturgia dos trabalhos (Faça-se tudo com ordem e decência, I Cor. 14: 40. [...]) (CONCLUSÕES, 1972, p. 3)

Contudo, por entenderem que estavam ficando sem voz dentro da denominação após a morte de França, o grupo decidiu pela fundação de um jornal que fosse o órgão de divulgação do movimento. Definiu-se também pela articulação em torno do nome de José Ferreira Filho, pastor da 1ª IPI de Curitiba, que nessa época já sofria um processo disciplinar por parte de membros do seu conselho, para que fosse o candidato à presidência do Supremo Concílio. Em um artigo intitulado *Mensagem ao Supremo Concílio*, publicado em *O Estandarte* na última edição de 1971, Seth Ferraz, pastor da ala conservadora da igreja, dava o tom do que estaria por vir:

Mas, absolutamente não entendemos, como aqueles que abandonaram as doutrinas do Presbiterianismo Bíblico, honestamente queiram impor as suas doutrinas Pentecostais à nossa Igreja, pretendendo ainda tomar os postos de comando para mudar os seus rumos. São Pentecostais? Organizem-se e nós os respeitaremos (FERRAZ, 1971, p. 4).

Em janeiro de 1972, alguns dias antes da reunião do Supremo, era lançado em Assis o jornal *Aleluia*, como órgão de orientação espiritual da ala dos *renovados*, tendo como diretores os pastores Nilton Tuller e Palmiro de Andrade e como redatores os pastores Abel Amaral Camargo e Azor Etz Rodrigues. No artigo principal, de autoria de Rodrigues, há o destaque sobre a missão do órgão:

Nosso órgão oficial – “O Estandarte”, durante anos, publicou muitos e muitos artigos sobre Avivamento. Nos últimos anos, porém, as colunas do jornal se fecharam. (...) Contudo a campanha de hostilidade continua, de uma ou outra maneira. E visto que já estamos com a reunião do Supremo Concílio já à vista, sentimos que temos o dever de, mesmo já na undécima hora, construir, à nossa custa, esta TRIBUNA, visando a defesa desta obra, na qual estamos envolvidos (RODRIGUES, 1972, p. 2).

Os que eram contrários ao movimento viram na criação do jornal *Aleluia* uma espécie de afronta declarada dos *renovados*. A IPI do Brasil estava prestes a sofrer a sua mais difícil divisão.

A divisão

No dia 21 de janeiro de 1972 ocorreu a sessão de abertura do Supremo Concílio no *Templo Nacional*, inaugurado na noite anterior, com a presença de 94 delegados, entre pastores e presbíteros. A primeira ação dos conciliares foi a eleição da nova Mesa. O candidato dos *renovados*, Ferreira Filho, teve pouco mais de um terço dos votos dos conciliares. O novo presidente eleito foi um veterano pastor, da ala conservadora, José Coelho Ferraz, pastor da IPI Central de Campinas.

Nos debates que se seguiram em Brasília naquele dia, Azor Etz Rodrigues era esperado como um dos interlocutores dos *avivados*. Como ele mesmo revelou posteriormente, numa série de cinco artigos publicados em *O Estandarte* sobre o desfecho do movimento avivalista¹², estava preparado para fazer a defesa do avivamento espiritual em seus aspectos bíblicos. Entretanto, Rodrigues rendeu-se à pressão de seus companheiros e absteve-se de se pronunciar, convencido por já estar em idade avançada (iria completar 70 anos) e por sua condição de ministro jubilado. Esperava, todavia, que os pastores mais jovens e considerados ótimos oradores fizessem a defesa do movimento, entre eles Abel Amaral Camargo. Havia também uma expectativa para um debate teológico entre os dois professores, Antonio de Godoy Sobrinho e Palmiro de Andrade. Entretanto, para surpresa de muitos, o parecer da Comissão de Papéis e Consultas que era totalmente contrário aos *renovados*, foi aprovado sem discussão, sem nenhum voto contrário, sem qualquer manifestação em plenário. Mathias Quintela de Souza aponta que “a situação de marginalidade dos carismáticos ficou patente na reunião do Supremo Concílio”. E ficaram nessa situação “sem luta, sem discussão, sem defesa por parte daqueles que, por amor à igreja, deveriam lutar para que as experiências carismáticas pudessem ser reconhecidas no que tinham de bíblicas e legítimas para o enriquecimento da igreja” (SOUZA, 2003, p. 34).

¹² O Rev. Azor Etz Rodrigues publicou os cinco artigos da série A Crise de Brasília: evolução e desfecho da questão do Avivamento Espiritual em *O Estandarte* nas edições de 30/06, 15/07, 31/07, 31/08 e 30/11 de 1973.

Abel Amaral Camargo em defesa da letargia dos *renovados* apontou que não havia nenhum membro da ala do avivamento espiritual na referida Comissão, embora tenha destacado que “os pentecostais não discutiram esta resolução, pois havia uma ordem de Deus para que todos se calassem e esperassem a hora dele” (CAMARGO, 1983, p. 11). O Supremo Concílio, por votação unânime, condenou todas as práticas consideradas pentecostais, como unção com óleo, ósculo santo, cumprimentos com a Paz do Senhor, manifestação de línguas estranhas, profecias, atividades de curas divinas, acompanhamento de palmas nos cânticos, entre outras. Também, deu plenos poderes à Mesa Administrativa para funcionar como Assembléia Geral, no sentido de advertir, disciplinar e tomar todas as medidas necessárias à manutenção da ordem e fidelidade à IPI do Brasil em todas as suas igrejas. A decisão do Supremo foi publicada na íntegra em *O Estandarte* de 31 de março de 1972, com a seguinte observação: “em tudo se proceda com a maior cautela, maior amor e que sempre se considere cada caso separadamente e nunca em grupo” (SUPREMO CONCÍLIO, 1972, p. 16).

Na noite do dia 22 para 23 de janeiro, cerca de 35 pastores e presbíteros insatisfeitos com a decisão, embora tivessem se calado em plenário, se reuniram na Concha Acústica de Brasília e marcaram um encontro em Arapongas onde discutiriam qual o posicionamento a tomar. Todavia, os ânimos já estavam muito exaltados, de ambos os lados. Cerca de duas semanas depois da reunião de Brasília pastores e igrejas começaram a receber um documento, espécie de carta-aberta, intitulado *Manifesto à Igreja Presbiteriana Independente*, assinado por seis presbíteros da 1ª IPI de Bauru. Entre os apoiadores desse documento estava José Zaponi, pastor que havia assumido recentemente a 2ª IPI daquela cidade vindo do Presbitério de Maringá. O documento de cinco páginas refutava a decisão tomada semanas antes e criticava duramente o presidente do Supremo Concílio, José Coelho Ferraz:

Protestando ainda, lamentamos que o Sr. Presidente do Supremo Concílio, após ter advertido, em plenário, um Ministro bebedor de cerveja, lembrando-lhe que devia ser “exemplo dos fiéis”, logo depois, num restaurante, junto com seus auxiliares diretos, fossem todos surpreendidos num ruidoso banquete comemorativo da “vitória” saboreando “vinho”!, em flagrante farisaísmo (VALLE *et al*, 1972, p. 4).

Como reflexo desse documento, o primeiro pastor a se desligar da denominação foi Zaponi, no final do mês de março, depois de encaminhar uma carta de

renúncia ao seu Presbitério¹³. Vários membros das duas igrejas de Bauru solicitaram desligamento da IPI, após o Presbitério de Bauru, no dia 25 de março, ter dissolvido o conselho da 1ª Igreja e disciplinado os presbíteros que assinaram o *Manifesto*. Atílio Fernandes acabou poupado e continuou no pastorado da 1ª Igreja por alegar que aceitava a decisão do Supremo Concílio; contudo, acabou perdendo o cargo de presidente do Presbitério na nova eleição que se seguiu.

Ainda houve uma última tentativa de acordo na reunião da Mesa Administrativa realizada em São Paulo no dia 14 de março. A Mesa havia recebido, além do *Manifesto de Bauru*, documentos para revisão da matéria e protestos por partes das seguintes igrejas: 1ª, 2ª, 3ª e 4ª de Assis (SP), 1ª de Maringá, Arapongas, Campo Mourão, Paranavaí, Canaã, Itambé, Faxinal, Jaguapitã, 2ª e 3ª de Londrina e de Campina da Lagoa, estas todas do Paraná. Para essa reunião compareceram os líderes do movimento de renovação que eram representantes de seus presbitérios junto aos sínodos, os pastores: Abel Amaral Camargo (Presbitério de Assis), Atílio Fernandes (Presbitério de Bauru), João Batista Ribeiro Neto (Presbitério de Londrina), Palmiro de Andrade (Presbitério de Maringá), Jobel Cândido Venceslau (Presbitério Oeste do Paraná), José Ferreira Filho (Presbitério Sul do Paraná), Joaquim Ferreira Bueno (Presbitério de Santa Catarina) e Altair Monteiro da Silva (Presbitério de Minas Gerais). Contudo, a Mesa ratificou a decisão do Supremo Concílio, não acatou os documentos que vieram das igrejas e alertou para o caso de prováveis dissidências:

Que no caso de dissidências com a IPI do Brasil, a Diretoria da Mesa Administrativa, esgotados todos os trâmites legais dos Concílios inferiores, tome as providências compatíveis com a preservação da unidade, fidelidade e do patrimônio da IPI, em todos os seus campos de trabalho (MESA ADMINISTRATIVA, 1972, p. 3).

A reunião do grupo *renovado* em Arapongas aconteceu no dia 21 de abril, sob a liderança de Palmiro de Andrade, na época pastor da 1ª IPI de Maringá e da IPI de Arapongas e diretor do Instituto Bíblico de Arapongas. Da reunião, foi exarado o seguinte documento dirigido ao presidente do Supremo Concílio, fotocopiado e divulgado entre as igrejas da denominação, e que ficou conhecido como *Documento de Arapongas*:

Os abaixo citados, pastores e presbíteros da IPI do Brasil, reunidos em Arapongas, no dia 21 de abril de 1972, resolveram encaminhar a V.

¹³ O desligamento oficial do Rev. José Zaponi se deu em 8 de janeiro de 1973, por ocasião da reunião do Presbitério.

Excia o seguinte: **CONSIDERANDO** que não podemos cumprir, em nossas igrejas, a resolução do SC, por questão de consciência, referente ao avivamento espiritual, que tem lugar em nossa denominação; que o apelo feito pela Mesa, no sentido de que os concílios inferiores tivessem cautela, amor e evitassem precipitações, diante dos problemas que porventura surgissem, não foi atendido, tendo em vista o desfecho trágico ocorrido em **Bauru, Vila Yara, Bela Vista e São João Clímaco**; **DECLARAMOS**: cremos no Batismo com o Espírito Santo como bênção para todos os crentes; cremos no exercício dos dons espirituais para os nossos dias (teoria e prática) de acordo com a orientação do apóstolo Paulo, dados pelo Espírito Santo, quando e a quem ele quer (I Coríntios 12 e 14); recomendamos a necessidade de se corrigir qualquer exagero (I Coríntios 14: 40); recomendamos a glorificação a Deus nos cultos e nas reuniões de oração, porém, espontânea; **daremos assistência moral e espiritual aos grupos dissidentes por motivo de avivamento espiritual**; não aceitamos como práticas pentecostais, o cumprimento com a Paz do Senhor, unção com óleo, ósculo santo, etc., por serem apostólicos e bíblicos; **não paira em nós qualquer espírito de rebeldia contra nossa denominação**, mas um desejo ardente de que o impasse surgido possa encontrar um caminho que satisfaça as consciências. Pastores abaixo citados: José Zaponi, Nilton Tuller, Ner de Moura, Laércio Dias, Jessé Andrade, Saulo de Melo, Abel Amaral Camargo, Adolfo Neves, Palmiro Francisco de Andrade, Jobel Cândido Venceslau, Lauro Celso de Souza, Jonas Nogueira e Joaquim Ferreira Bueno. Presbíteros: Jamil Josepetti, José Fernandes Pedrosa, Diracy de Lima, Pedro Auto da Silva, Euclides Morais Pessoa, Cornélio Pinheiro da Silva, Moacir Borges, Walter Nogueira, Acyr Palma, Agnelo A. dos Reis, Jair Augusto Nogueira, Saulo Augusto da Silva, Ary Bernini, Jonas de Souza, Seth de Souza, Elizeu Rodrigues, Osias Rodrigues, Alvim Castro de Souza, Jairo Terra, Daniel Zaponi, Antonio Luis Furlan, Manoel Louzada, Abel Pereira da Silva, Walter Batista de Carvalho, José Carlos de Menezes, Brivaldo A. da Silva, Ananias José de Paiva, Messias Ribeiro de Andrade, Antonio Batista Cavalcante, Ageo Silva, Onéssimo Freire, Luiz Mantoanelli, Guaracy de Souza, Alfredo Rolim Barbosa, Oswaldo Mendes, Roberto de Souza Castro, Severo Farias Franco, Samuel Antonio Gonçalves e a Sra. Carolina de Menezes (CAMARGO, 1983, pp. 11 e 12, *grifos nossos*).

O documento causou espanto e furor na liderança da igreja. Por conta de aspectos de consciência ou até mesmo por pressões externas, alguns signatários do *Documento de Arapongas* se retrataram posteriormente diante dos seus concílios. Entretanto, ele foi a gota d'água para que a Mesa Administrativa expedisse ordens aos concílios para chamar os ministros e presbíteros desobedientes e adverti-los ou, se necessário, discipliná-los com a suspensão de suas atividades por tempo determinado.

Oficialmente, o primeiro pastor a ser disciplinado de acordo com as diretrizes da Mesa Administrativa foi Jobel Cândido Venceslau. O Presbitério Oeste do Paraná reunido no dia 16 de maio, em Campo Mourão, lhe impôs a sanção de advertência para

que, no prazo de sessenta dias, apresentasse os motivos pelos quais havia comparecido à reunião de Arapongas e assinado aquele documento. O concílio também foi direto ao anunciar que se fosse “constatada a sua participação em qualquer movimento ou grupo dissidente, direta ou indiretamente, isso implicará na disciplina de suspensão de seus atos pastorais e afastamento do campo em que está comissionado pelo Presbitério” (PRESBITÉRIO OESTE DO PARANÁ, 1972, p. 9). Finalmente, na reunião do dia 10 de junho, em Umuarama, Venceslau e mais os pastores Lauro Celso de Souza e Joel do Prado renunciaram oficialmente à jurisdição da IPI do Brasil por não concordarem com as resoluções do Supremo Concílio. Os membros das igrejas que eles pastoreavam - Campo Mourão, Campina da Lagoa e Canaã e São José da Pitanga e Betânia - os acompanharam deixando também a denominação (PRESBITÉRIO OESTE DO PARANÁ, 1972, p. 12).

Todavia, o único a ser excluído de fato do rol de membros da IPI do Brasil foi Palmiro de Andrade. Em 21 de maio reuniu-se o Presbitério de Maringá, no templo da 2ª IPI, para analisar a situação de Andrade em face de ter assinado o *Documento de Arapongas*. A essa reunião compareceram o presidente e o secretário do Supremo Concílio, os pastores José Coelho Ferraz e Mário Ademar Fava. Antes da sessão de julgamento, o presidente do Presbitério, Jamil Josepetti e os dois secretários, presbíteros José Fernandes Pedrosa, de Paranavaí, e Joel Ribeiro de Camargo, de Arapongas, renunciaram aos seus cargos na mesa em solidariedade a Andrade. O relatório da Comissão do Presbitério pedia a exclusão do mesmo do rol de pastores da IPI bem como a mesma pena para os presbíteros que assinaram o *Documento* a ser aplicada pelos seus conselhos locais, além de dissolver os conselhos da 1ª IPI de Maringá e da IPI de Arapongas.

Dada a oportunidade de defesa ao pastor, este rejeitou defender-se ou fazer qualquer tipo de retratação. Por votação nominal, 11 votos a 6, Palmiro de Andrade foi excluído do Presbitério e, conseqüentemente, da IPI do Brasil. Imediatamente os presbíteros José Fernandes Pedrosa, Osias Rodrigues, Valter Nogueira, Moacir Borges, Joel Ribeiro de Camargo e João Carlos Diniz também renunciaram à jurisdição da IPI do Brasil alegando que não iriam se submeter ao julgamento de seus conselhos locais (PRESBITÉRIO DE MARINGÁ, 1972, p. 8).

No Presbitério de Assis aconteceu reunião similar no dia 23 de maio, portanto já se sabendo do desfecho ocorrido em Maringá. Naquele concílio os pastores Abel

Amaral Camargo, Adolfo Neves, Nilton Tuller e Laércio Dias foram colocados em disponibilidade ativa, ou seja, não poderiam estar à frente de suas igrejas até a próxima reunião do Presbitério no começo de 1973. Essa decisão foi tomada por voto de minerva do presidente em exercício Luthero Cintra Damião já que houve empate em nove votos. A mesma pena foi aplicada aos presbíteros que assinaram o *Documento de Arapongas*. Contudo, já na manhã do outro dia, os quatro pastores encaminharam documentos do próprio punho renunciando à jurisdição da IPI do Brasil e se desligando oficialmente da denominação (PRESBITÉRIO DE ASSIS, 1972, p. 11). Os presbíteros punidos também seguiram o mesmo caminho e se desligaram da IPI.

Abaixo apresentamos um quadro com os nomes dos primeiros pastores a deixarem a IPI do Brasil até o mês de junho de 1972:

Quadro 1

Pastor	Presbitério	Desligamento	Forma/motivo	Para onde foi
José Zaponi	Bauru	Março de 1972	Pedido formal	IPIR
Palmiro de Andrade	Maringá	21/05/1972	Exclusão	IPIR
Abel Amaral Camargo	Assis	24/05/1972	Renúncia	IPIR
Laércio Dias	Assis	24/05/1972	Renúncia	IPIR
Adolfo Neves	Assis	24/05/1972	Renúncia	IPIR
Nilton Tuller	Assis	24/05/1972	Renúncia	IPIR
Jobel Cândido Venceslau	Oeste do PR	10/06/1972	Renúncia	IPIR
Lauro Celso de Souza	Oeste do PR	10/06/1972	Renúncia	IPIR
Joel do Prado	Oeste do PR	10/06/1972	Renúncia	IPIR
Ernesto Swartele	Brasil Central	Junho de 1972	Renúncia	IPIR

Pastores que deixaram a IPI do Brasil com a crise do avivamento – março a junho de 1972. Autor: Sérgio Gini

Esses pastores e vários presbíteros que também já haviam deixado a denominação se reuniram em Assis no dia 8 de julho e organizaram a Igreja Presbiteriana Independente Renovada – IPIR. A Assembléia de fundação foi presidida por Palmiro de Andrade e secretariada pelo presbítero Jamil Josepetti, com a presença de 11 pastores (os 10 do *Quadro 1* e mais um que vinha de outra denominação) e 39 presbíteros. Andrade foi eleito presidente, tendo como vice Abel Amaral Camargo (IGREJA PRESBITERIANA INDEPENDENTE RENOVADA, 1972). Após a constituição da nova igreja outros pastores, presbíteros e comunidades inteiras também se desligaram da IPI do Brasil. Respeitando como limite cronológico o ano de 1975 quando se dá a constituição da Igreja Presbiteriana Renovada do Brasil - IPR, fruto da

união da IPIR com dois presbitérios da Igreja Cristã Presbiteriana (Brasil Central e Cianorte)¹⁴, apresentamos outro quadro com os desligamentos no período:

Quadro 2

Pastor	Presbitério	Desligamento	Forma/motivo	Para onde foi
Osvaldo Silva Borges	Ipiranga	15/07/1972	Renúncia	IPIR
Gordon Chown	Osasco	03/01/1974	Exonerado Admin.	IPIR
Ner de Moura	Sul do Paraná	16/02/1974	Renúncia	IPIR
Otoniel Antonio S. Filho	Pernambuco	20/05/1974	Renúncia	IPIR
Altair Monteiro da Silva	Minas Gerais	1974	Renúncia	IPIR
Altair Batista Linhares	Minas Gerais	1974	Renúncia	IPIR
Joel do Prado	Minas Gerais	1974	Renúncia	IPIR
Rossine Sales Fernandes	Sul do Paraná	03/02/1975	Renúncia	Comunid. Evan.
José Ferreira Filho	Sul do Paraná	11/11/1975	Renúncia	Comunid. Evan.

Pastores que deixaram a IPI do Brasil com a crise do avivamento – julho de 72 a 1975. Autor: Sérgio Gini

Além dos vinte pastores que deixaram a IPI com a chamada crise do movimento de renovação espiritual, das centenas de presbíteros e diáconos, a Igreja perdeu também vários seminaristas que estavam cursando o Instituto Bíblico de Arapongas e que, no futuro, seriam pastores da denominação. O Presbitério de Minas Gerais teve que ser extinto devido a saída dos seus líderes e dos membros que levaram consigo o patrimônio que julgavam ser da maioria. Com respeito ao número de membros, não há dados conclusivos, mas estima-se que cerca de 3 mil pessoas tenham deixado a IPI do Brasil entre os anos de 1972 e 1975 para se filiarem à IPIR ou outras comunidades de caráter pentecostal.

Há registros de casos em que membros de uma mesma família ficaram divididos, uma parte na IPI e outra na IPIR, como o caso dos irmãos pastores Mathias Quintela de Souza, Raul Hamilton de Souza e Lauro Celso de Souza. Os dois primeiros permaneceram na IPI e o segundo foi para a IPIR e, posteriormente, para a IPR. Entre membros e líderes das duas igrejas permaneceu por muitos anos a acusação, tanto de um grupo quanto de outro, de perseguição, desobediência, falta de amor, falta de humildade, entre outras que não deveriam ser típicas de líderes religiosos.

¹⁴ A Igreja Presbiteriana Renovada do Brasil foi fundada em 10 de janeiro de 1975 em Maringá, com 34 pastores da IPIR e 25 da ICP. Atualmente a IPRB é a segunda maior igreja de governo presbiteriano no país.

Conclusão

Entendemos que ainda há muito para ser estudado sobre o movimento de renovação carismática, ou pentecostal, que ocasionou a divisão da IPI do Brasil e fez surgir a Igreja Presbiteriana Independente Renovada, mais tarde transformada em Igreja Presbiteriana Renovada do Brasil. Nesse artigo mesmo deixamos de abordar a ocorrência de igual fenômeno na Igreja Presbiteriana do Brasil e que deu origem à Igreja Cristã Presbiteriana em 1968.

Num primeiro momento é possível verificar que as diferenças entre os dois grupos, *tradicionais* e *renovados*, eram muito pequenas e se resumiam a entendimentos doutrinários e teológicos sobre a atuação do Espírito Santo. Contudo, também é possível inferir que a interferência dos *renovados* no campo constituído da IPI desencadeou várias ações do outro grupo para a manutenção de sua hegemonia nesse mesmo campo. Ações essas que extrapolaram para as mágoas, ressentimentos e a fatal divisão. Novos profetas surgiram e houve uma necessidade daqueles que se sentiram ameaçados em defender com paixão as suas posições. Tais novos profetas também utilizaram de diversos subterfúgios para alcançarem a simpatia e adesão de vários setores da Igreja. A ebulição chegou a tal ponto que foi impossível o ordenamento do campo anterior, sendo necessária então a constituição de novos bens simbólicos para justificar o nascimento de uma nova denominação. Enfim, é possível dizer que houve um reordenamento no campo protestante presbiteriano: um distanciamento entre as duas denominações, mãe e filha, cada vez maiores.

São passados quase quarenta anos. Portanto, faz-se necessária uma revisão dos quadros interpretativos que embasaram aquele movimento e as tomadas de decisões conciliares. Cremos que novos olhares e novos dados que forem levantados permitirão mais clareza no entendimento dos atos, atitudes e decisões de todos os envolvidos. É perfeitamente claro que, no âmbito da história e da sociologia, ainda há muito que ser estudado e interpretado sobre o movimento de renovação espiritual que não foi exclusividade da IPI e que teve quase sempre o mesmo desfecho em todas as denominações, salvo raras exceções.

Referências

Documentais

ANDRADE, P. F. de. A salvação da igreja. **O Estandarte**. São Paulo: ano 76, n.º 18, p. 8, 30/09/1968.

- ANDRADE, P. F. de. Pastoral ao Sínodo Meridional. **O Estandarte**. São Paulo: ano 77, n° 08, pp. 6 e 7, 30/04/1969.
- ANDRADE, P. F. de. Sobre dons e fruto espirituais. **O Estandarte**. São Paulo: ano 77, n° 15, p. 1, 15/08/1969.
- ANDRADE, P. F. de. Uma fogueira no púlpito. **O Estandarte**. São Paulo: ano 76, n° 21, p. 1, 15/11/1968.
- CAMARGO, A. A. Antioquia da Sorocabana evangeliza. **O Estandarte**. São Paulo: ano 78, n° 19, pp. 1 e 3, 15/10/1970.
- CAMARGO, A. A. O avivamento em Assis: a eclosão da obra carismática e o nascimento de uma nova igreja. **Aleluia**. Arapongas: ano 12, n° 53, p. 9-13, outubro de 1983.
- CAMARGO, A. A. Pentecostalismo? A Igreja Presbiteriana Independente de Assis dá as suas explicações necessárias sobre as notícias falsas publicadas em jornal evangélico. **O Estandarte**. São Paulo: ano 77, n° 15, p. 6, 15/08/1969.
- CAMARGO, A. A. Sobre as curas. **O Estandarte**. São Paulo: ano 61, n° 11, p. 4, 15/06/1953.
- CAMARGO, A. A. Um acontecimento marcante. A inauguração do grande templo da Primeira Igreja de Assis. **O Estandarte**. São Paulo: ano 79, n° 10, p. 3-6, 31/05/1971.
- CARVALHO, M. D. A IPI do Brasil e o pentecostalismo na década de 70. In: **Cadernos de O Estandarte**. 2º Caderno do Centenário. São Paulo: Editora Pendão Real, janeiro de 2003.
- CÉSAR, B. L. A. O Espírito Santo. **O Estandarte**. São Paulo: ano 40, n° 01, pp. 2 e 3, 26/02/1932.
- CONCLUSÕES DA SEGUNDA REUNIÃO DE LÍDERES DO AVIVAMENTO ESPIRITUAL [s.a.]. **Aleluia**. Assis: ano 1, n° 1, p. 3, janeiro de 1972.
- EDITORIAL [s.a.]. Confiança e ordem. **O Estandarte**. São Paulo: ano 77, n° 19, p. 2, 15/10/1969.
- EDITORIAL [s.a.]. Santidade ao Senhor. **O Estandarte**. São Paulo: ano 69, n° 13-14, p. 01, 31/07/1961.
- FERRAZ, Orlando. Desafio à nossa fé. **O Estandarte**. São Paulo: ano 70, n° 08, p. 2, 30/04/1962.
- FERRAZ, Orlando. Desafio à potência divina. **O Estandarte**. São Paulo: ano 70, n° 02, p. 01, 31/01/1962.
- FERRAZ, Orlando. Reavivamento espiritual. **O Estandarte**. São Paulo: ano 72, n° 23-24, pp. 14 e 15, 31/12/1964.
- FERRAZ, Orlando. Reavivamento Espiritual. **O Estandarte**. São Paulo: ano 77, n° 20, p. 12, 31/10/1969.
- FERRAZ, Seth. Mensagem ao Supremo Concílio. **O Estandarte**. São Paulo: 79, n° 24, pp. 1 e 4, 31/12/1971.
- FERREIRA, J. E. A maior necessidade da Igreja. **O Estandarte**. São Paulo: ano 68, n° 14, pp. 5 e 6, 31/07/1960.
- FRANÇA, D. R. Façamos uma fogueira na igreja. **O Estandarte**. São Paulo: ano 75, n° 11, pp. 1 e 8, 15/06/1967.
- IGREJA PRESBITERIANA INDEPENDENTE RENOVADA. **Ata de fundação da Igreja Presbiteriana Independente Renovada**. Disponível em: <http://www.iprb.org.br/historia/ipir/ipir_ata_fundacao.htm>. Acesso em jul. 2010.
- LACERDA, G. C. A questão doutrinária (1938-1942). In: **Cadernos de O Estandarte**. 1º Caderno de O Estandarte. São Paulo: Editora Pendão Real, julho de 2002.

- LIMA, É. F. S. A IPI do Brasil e o pentecostalismo na década de 50. In: **Cadernos de O Estandarte**. 1º Caderno do Centenário. São Paulo: Editora Pendão Real, julho de 2002.
- LIMA, S. A. de. Renovação Espiritual. **O Estandarte**. São Paulo: ano 77, n° 3, p. 4, 15/02/1969.
- LIMA, S. A. de. Renovação Espiritual. **O Estandarte**. São Paulo: ano 77, n° 10, p. 1, 31/05/1969.
- LIMA, S. A. de. O poder do Espírito Santo. **O Estandarte**. São Paulo: ano 71, n° 21-22, p. 4, 30/11/1963.
- LIMA, S. A. de. Renovação Espiritual. **O Estandarte**. São Paulo: ano 77, n° 8, p. 3, 30/04/1969.
- MACHADO, M. F. N. Batismo do Espírito Santo - I. **O Estandarte**. São Paulo: ano 40, n° 22, p. 4, 11/11/1932.
- MACHADO, M. F. N. Batismo do Espírito Santo – XII. **O Estandarte**. São Paulo: ano 41, n° 06, p. 5, 24/02/1933.
- MAGALHÃES, E. P. de. Doutrina bíblica sobre o batismo do Espírito Santo (continuação). **O Estandarte**. São Paulo: ano 41, n° 06, pp. 2 e 3, 24/02/1933.
- MESA ADMINISTRATIVA. 1ª reunião do exercício de 1970. **O Estandarte**. São Paulo: ano 78, n° 6, pp. 4 e 5, 31/03/1970.
- MESA ADMINISTRATIVA. A Comissão Especial informa: documento número um. **O Estandarte**. São Paulo: ano 79, n° 07, p. 20, 15/04/1971.
- MESA ADMINISTRATIVA. Atos oficiais da igreja. Resumo de atas da 1ª reunião da 6ª legislatura. **O Estandarte**. São Paulo: ano 80, n° 7, p. 3, 15/04/1972.
- MESA ADMINISTRATIVA. Relatório da Comissão Especial. **O Estandarte**. São Paulo: ano 79, n° 11, p. 8, 15/06/1971.
- MESA ADMINISTRATIVA. Resumo das atas. **O Estandarte**. São Paulo: ano 79, n° 12, pp. 10 e 11, 30/06/1971.
- PINTO, J. A. O incêndio já começou a lavrar. **O Estandarte**. São Paulo: ano 77, n° 4, p. 3, 28/02/1969.
- PRESBITÉRIO DA ALTA PAULISTA. Atos oficiais da igreja. **O Estandarte**. São Paulo: ano 79, n° 7, pp. 12 e 13, 15/04/1971.
- PRESBITÉRIO DE ASSIS. Reunião extraordinária. **O Estandarte**: São Paulo, ano 80, n° 13-14, p. 9-11, 31/07/1972.
- PRESBITÉRIO DE BAURU. Atos oficiais da igreja. **O Estandarte**. São Paulo: ano 79, n° 7, pp. 13 e 14, 15/04/1971.
- PRESBITÉRIO DE MARINGÁ. Atos oficiais da igreja. Reunião extraordinária. **O Estandarte**: São Paulo, ano 80, n° 17, p. 8, 15/09/1972.
- PRESBITÉRIO DE OSASCO. Atos oficiais da igreja. **O Estandarte**. São Paulo: ano 79, n° 23, p. 8, 15/12/1971.
- PRESBITÉRIO DE SANTA CATARINA. Resumo de Ata. **O Estandarte**. São Paulo: ano 77, n° 05, p. 8, 15/03/1969.
- PRESBITÉRIO OESTE DO PARANÁ. Resumo da ata da 1ª reunião extraordinária da Comissão Executiva. **O Estandarte**: São Paulo, ano 80, n° 11, p. 9, 15/06/1972.
- PRESBITÉRIO OESTE DO PARANÁ. Reunião extraordinária. **O Estandarte**: São Paulo, ano 80, n° 13-14, p.11, 31/07/1972.
- RODRIGUES, A. E. Aleluia. **Aleluia**. Assis: ano 1, n° 1, pp. 1 e 2, janeiro de 1972.
- RODRIGUES, A. E. Antioquia da Sorocabana. Notícias de ouro e fogo! **O Estandarte**. São Paulo: ano 77, n° 16, p. 3, 31/08/1969.
- SANTOS, A. M. dos. Quem está pedindo avivamento em sua igreja? **O Estandarte**. São Paulo: ano 77, n° 17-18, p.5, 30/09/1969.

- SÍNODO CENTRAL. Atos oficiais da igreja. **O Estandarte**. São Paulo: ano 79, n^o 7, p. 12, 15/04/1971.
- SÍNODO MERIDIONAL. Atos oficiais da igreja. Reunião extraordinária. **O Estandarte**. São Paulo: ano 78, n^o 13, pp. 5 e 6, 15/07/1970.
- SÍNODO ORIENTAL. Resumo das atas da 6^a reunião. **O Estandarte**. São Paulo: ano 75, n^o 4, p. 6-8, 28/02/1967.
- SOUZA, M. Q. A IPI do Brasil, o avivamento e o pentecostalismo. In: **Cadernos de O Estandarte**. 2^o Caderno do Centenário. São Paulo: Editora Pendão Real, janeiro de 2003.
- SOUZA, M. Q. de. Fariseu e saduceu modernos. **O Estandarte**. São Paulo: ano 77, n^o 17-18, pp. 3 e 4, 30/09/1969.
- SUPREMO CONCÍLIO. Resumo de atas da 6^a reunião em Brasília. **O Estandarte**. São Paulo: ano 80, n^o 6, pp. 15, 16, 17 e 20, 31/03/1972.
- SUPREMO CONCÍLIO. Supremo Concílio em sua 5^a reunião. Resoluções tomadas. **O Estandarte**. São Paulo: ano 77, n^o 09, p. 11, 15/05/1969.
- VENCESLAU, J. C. II Encontro de avivamento espiritual. **O Estandarte**. São Paulo: ano 77, n^o 13, pp. 2 e 3, 15/07/1969.
- VENCESLAU, J. C. Mensageiros da Paz. **O Estandarte**. São Paulo: ano 73, n^o 11, p. 13, 15/06/1965.
- VENCESLAU, J. C. Aviva, ó Senhor! **O Estandarte**. São Paulo: ano 77, n^o 3, p. 5, 15/02/1969.
- VIANA, M. G. Decência e ordem. **O Estandarte**. São Paulo: ano 77, n^o 19, p. 4, 15/10/1969.
- VIANA, M. G. Pastoral às igrejas do Presbitério do Nordeste. **O Estandarte**. São Paulo: ano 75, n^o 4, p. 1, 28/02/1967.

Bibliográficas

- ALMEIDA, A. J. S. **O anjo reificado**: sentidos do carisma e do poder na Igreja Evangélica Brasileira. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5^a ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**. Sobre a teoria da ação. São Paulo: Papyrus, 1996.
- COUTINHO, E. M. **O Espírito Santo de Deus e o Consolador**. 2^a ed. São Paulo: [s.ed], 1985.
- LIMA, É. F. S. **Apóstolo pé vermelho**: reverendo Jonas Martins e a evangelização do Norte do Paraná. São Paulo: Editora Pendão Real, 2002.
- LIMA, É. F. S. O Espírito Santo e a renovação da igreja. In: **Boletim Teológico. Fraternidade Teológica Latino-Americana**. Setor Brasil. Ano 3, n^o 10. São Leopoldo: FTL-B, dezembro de 1989, p. 5-19.
- MATOS, A. S. **Histórico da Igreja Presbiteriana do Brasil**. Disponível em: <http://old.thirdmill.org/files/portuguese/72519~11_1_01_9-54-08_AM~Histórico da Igreja Presbiteriana do Brasil 1859-1959.html> Acesso em jul. 2010.
- MELO, Saulo de. **Entrevista ao autor**. Maringá: abril de 2009.

MENDONÇA, A. G.; FILHO, P. V. **Introdução ao protestantismo no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.

REBLIN, I. A. Poder & Intrigas, uma novela teológica: considerações acerca das disputas de poder no campo religioso à luz do pensamento de Pierre Bourdieu e de Rubem Alves. In: Protestantismo em Revista. **Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo da Escola Superior de Teologia**. São Leopoldo: NEEP, vol. 14, set.-dez. de 2007.

VALLE, Paulo; PIERO, Nóbile di; MOURA, J. C.; *et al.* **Manifesto à Igreja Presbiteriana Independente**. Bauru: (mimeo), 5 p., 3 de fevereiro de 1972.

VENCESLAU, J. C. Avivamento espiritual no oeste paranaense. In: PERROUD, J. C. **História da Igreja Presbiteriana Renovada do Brasil**. Araçongas: Gráfica Aleluia, 1998.

Recebido em 30/08/10

Aprovado em 20/09/10